



SENADO FEDERAL CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 1, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

A Diretora-Geral do Senado Federal, com fundamento no Ato do Presidente 196, de 14 de novembro de 2011, torna pública a abertura de inscrições para concurso público visando ao preenchimento do cargo de nível superior de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nas áreas de Consultoria e Assessoramento Legislativo e Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, de acordo com as normas estabelecidas neste edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público visa ao preenchimento do cargo de Consultor Legislativo, nas áreas/especialidades/subáreas descritas no item 2 deste edital e será executado sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas, doravante denominada FGV.

1.2 O concurso público compreenderá três etapas:

1.2.1 PRIMEIRA ETAPA: Será constituída de Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, com distribuição e valoração das questões definidas no item 6 deste edital.

1.2.2 SEGUNDA ETAPA: Será constituída de Provas Escritas Discursivas, de caráter eliminatório e classificatório, aplicada apenas aos candidatos aprovados nas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha, cujo detalhamento se encontra definido no item 8 deste edital.

1.2.3 TERCEIRA ETAPA: Avaliação de Títulos, de caráter apenas classificatório, aplicada apenas para os candidatos aprovados nas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha e Discursivas, cujo detalhamento se encontra definido no item 9 deste edital.

1.3 As Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha serão realizadas simultaneamente nas capitais de todos os 26 (vinte e seis) Estados e do Distrito Federal.

1.4 As Provas Escritas Discursivas serão realizadas somente em Brasília-DF.

1.5 Todos os horários definidos neste edital, anexos e comunicados oficiais têm como referência o horário oficial de Brasília-DF.

2 – DO CARGO, ÁREAS, ESPECIALIDADES, SUBÁREAS, VENCIMENTOS E CARGA HORÁRIA

2.1 A quantidade de vagas das áreas/especialidades/subáreas do presente concurso encontra-se especificada na tabela a seguir:

Cargo: CONSULTOR LEGISLATIVO			
Áreas	Especialidades	Subáreas	Vagas
Consultoria e Assessoramento Legislativo	Assessoramento Legislativo	Agricultura	*
		Comunicações e Tecnologia da Informação	*
		Defesa Nacional, Segurança Pública e Relações Internacionais	*
		Desporto e Cultura	*
		Direito Civil, Processual Civil e Agrário	*
		Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Processo Legislativo	1
		Direito do Trabalho e Direito Previdenciário	*
		Direito Econômico e Regulação, Direito Empresarial e do Consumidor	*
		Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário	1
		Direito Tributário e Direito Financeiro	1
		Direitos Humanos e Cidadania	*
		Economia do Trabalho, Renda e Previdência	*
		Economia Regional e Políticas de Desenvolvimento Urbano	*
		Educação	1
		Meio Ambiente	1
		Minas e Energia	1
		Política Econômica e Finanças Públicas	*
		Política Econômica e Sistema Financeiro	*
		Políticas Microeconômicas	*
		Pronunciamentos	*
Saúde	1		
Transportes	1		
Consultoria e Assessoramento em Orçamentos	Assessoramento em Orçamentos	-	1
Total de Vagas			9

* As vagas serão providas nos termos do art. 2º do Ato do Presidente 196, de 14 de novembro de 2011, atendendo, rigorosamente, a: I - ordem decrescente de classificação no concurso; II - existência de dotação orçamentária; e III - conveniência administrativa.

2.2 Como requisito específico de escolaridade, será exigido, para todas as áreas/especialidades e subáreas (quando for

- o caso), **diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em qualquer área de atuação.**
- 2.3 A remuneração inicial de todas as áreas/especialidades/subáreas é de **R\$ 23.826,57 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos).**
- 2.4 A descrição das atividades encontra-se evidenciada no Anexo I deste edital.
- 2.5 A jornada de trabalho para todas as áreas é de 40 (quarenta) horas semanais.
- 2.6 Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei 8.112/90 e alterações posteriores).

3 - DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

- 3.1 Será admitida a inscrição exclusivamente pelo sistema de inscrição on-line da FGV, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, solicitada no período entre **0h do dia 26 de dezembro de 2011 e 23h59min do dia 5 de fevereiro de 2012**, observado o horário oficial de Brasília-DF.
- 3.2 A FGV não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 3.3 A taxa de inscrição terá o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).
- 3.4 O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário emitido pela FGV, gerado ao término do processo de inscrição.
- 3.5 O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11 e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição.
- 3.6 Todos os candidatos inscritos no período entre **0h do dia 26 de dezembro de 2011 e 23h59min do dia 5 de fevereiro de 2012** poderão reimprimir, caso necessário, o boleto bancário, no máximo, até as 13h do primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições (**6 de fevereiro de 2012**), quando esse recurso será retirado do site da FGV.
- 3.6.1 O boleto pode ser pago em qualquer agência bancária ou correspondente bancário, obedecendo aos critérios estabelecidos neste edital.
- 3.6.2 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **6 de fevereiro de 2012**, impreterivelmente.
- 3.6.2.1 O pagamento da taxa de inscrição após o dia **6 de fevereiro de 2012**, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pela quitação do boleto bancário e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste edital implica o CANCELAMENTO da inscrição.
- 3.6.3 Não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.
- 3.7 As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, nos termos do item 3.9.7 e seguintes deste edital.
- 3.8 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, na ocasião da divulgação do edital de convocação para as provas, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

3.9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

- 3.9.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso). Uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
- 3.9.1.1 Caso, quando do processamento das inscrições, seja verificada a existência de mais de uma inscrição realizada e efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pela data e hora de envio, via Internet, do requerimento pelo sistema de inscrições on-line da FGV. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nessa situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.
- 3.9.2 São vedadas inscrições condicionais, extemporâneas, via postal, fax ou correio eletrônico.
- 3.9.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outra inscrição ou para outros concursos.
- 3.9.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 3.9.5 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, também quanto à realização das provas nos prazos estipulados.
- 3.9.6 A qualquer tempo, mesmo após término das etapas do processo de seleção, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.
- 3.9.7 Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da taxa, nos termos do Decreto Federal 6.593, de 2 de outubro de 2008.
- 3.9.7.1 Fará jus à isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato economicamente hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e for membro de família de baixa renda, assim compreendida aquela que possua renda *per capita* de até meio salário mínimo ou aquela que possua renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, nos termos do Decreto Federal 6.135, de 26 de junho de 2007.
- 3.9.7.1.1 O candidato que requerer a isenção deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, mesmo que atualmente estejam divergentes ou que tenham sido alterados

nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico em âmbito nacional. Após o julgamento do pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus dados cadastrais com a FGV pelo sistema de inscrições *on-line* ou solicitá-la ao fiscal de aplicação no dia de realização das provas.

3.9.7.1.2 Mesmo que inscrito no CadÚnico, a inobservância do disposto no subitem anterior poderá implicar ao candidato o indeferimento do seu pedido de isenção, por divergência dos dados cadastrais informados e os constantes no banco de dados do CadÚnico.

3.9.7.2 A isenção tratada no subitem 3.9.7.1 deste edital poderá ser solicitada somente no período entre **0h do dia 26 de dezembro de 2011 e 23h59min do dia 29 de dezembro de 2011**, por meio da solicitação de inscrição no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, devendo o candidato, obrigatoriamente, indicar o seu Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico, bem como declarar-se membro de família de baixa renda.

3.9.7.2.1 A FGV consultará o órgão gestor do CadÚnico, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.

3.9.7.3 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto 83.936, de 6 de setembro de 1979.

3.9.7.4 O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte da FGV, ressalvado o disposto 3.9.7.2.1 deste edital.

3.9.7.4.1 O fato de o candidato estar participando de algum Programa Social do Governo Federal (Prouni, Fies, Bolsa Família, etc.), assim como o fato de ter obtido a isenção em outros certames não garantem, por si só, a isenção da taxa de inscrição.

3.9.7.5 Não serão aceitos, após a realização do pedido, acréscimos ou alterações das informações prestadas, ressalvado o disposto no subitem 3.9.7.1.1 deste edital.

3.9.7.6 Não será deferida a solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição por fax, correio eletrônico ou pelos Correios.

3.9.7.7 O não cumprimento de uma das etapas fixadas neste edital para o pedido de isenção, a falta ou inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão a eliminação automática do processo de isenção.

3.9.7.8 O resultado da análise dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgado no dia **16 de janeiro de 2012**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11. É responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.

3.9.7.9 O candidato cujo requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante requerimento dirigido à FGV pelo e-mail senado11@fgv.br.

3.9.7.9.1 A relação dos pedidos de isenção deferidos após recursos será divulgada até o dia **23 de janeiro de 2012**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11.

3.9.7.9.2 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11 e imprimir o boleto bancário para pagamento até o dia **6 de fevereiro de 2012**, conforme procedimentos descritos neste edital.

3.9.7.9.3 O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.

3.9.8 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso por conveniência da Administração Pública.

3.9.9 O comprovante de inscrição e/ou pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas ou quando solicitado.

3.9.10 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **6 de fevereiro de 2012**, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, à FGV – Praia de Botafogo, 190 – 6º andar – sala 612 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ CEP 22250-900, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública.

3.9.10.1 A concessão de tempo adicional aos candidatos com deficiência, para a realização das provas, somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação.

3.9.10.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A FGV não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

3.9.10.3 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF valerão somente para este concurso e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

3.9.10.4 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar à FGV cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, até o dia **6 de fevereiro de 2012**, salvo se o nascimento ocorrer após essa data, quando então deverá levar a certidão de nascimento original, ou em cópia autenticada, no dia da prova juntamente com o alimentando, além de um acompanhante, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança.

3.9.10.4.1 A FGV não disponibilizará acompanhante para guarda de criança. A candidata que não enviar à FGV a cópia autenticada da certidão de nascimento, até a data indicada, ou não a apresentar na hipótese de nascimento ocorrido em data posterior, ou que não levar acompanhante, não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

3.9.10.4.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.9.10.5 Os nomes dos candidatos que tiverem o seu pedido de atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, quando da divulgação do edital de locais e horários de realização das provas.

3.9.10.5.1 O candidato cujo pedido de atendimento especial for indeferido poderá interpor recurso no dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante requerimento dirigido à FGV pelo e-mail senado11@fgv.br.

3.9.10.6 A solicitação de condições especiais, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9.11 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência de que, caso classificado, entregará os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso), por ocasião da posse.

3.9.12 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a FGV do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher a solicitação de forma completa e correta.

4 - DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

4.1 O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

a) ter sido classificado no concurso público, na forma estabelecida neste edital, em seus anexos e eventuais retificações;
b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

d) estar em gozo dos direitos políticos;

e) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;

f) apresentar declaração do órgão público a que esteja vinculado, se for o caso, registrando que o candidato tem situação jurídica compatível com a nova investidura em cargo público federal, haja vista não ter incidido no disposto nos artigos 132, 135 e 137, parágrafo único, todos da Lei 8.112/90 e de suas alterações (penalidade de demissão e de destituição de cargo em comissão), nem ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;

g) apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;

h) apresentar declaração de bens e valores que constituam patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;

i) possuir os requisitos específicos exigidos para o cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso), conforme discriminado no item 2.2 deste edital, devendo obrigatoriamente estar em situação regular no órgão fiscalizador do exercício da profissão, se for o caso;

j) firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

k) apresentar outros documentos que vierem a ser exigidos e se fizerem necessários, à época da posse;

l) ser considerado apto em todos os exames médicos e psicológicos pré-admissionais do Senado Federal, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas. Caso o candidato seja considerado inapto para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos e psicológicos pré-admissionais, não poderá tomar posse. Essa avaliação terá caráter eliminatório. A relação desses exames será fornecida por posterior edital de convocação;

m) cumprir as determinações deste edital.

4.2 Estará impedido de tomar posse o candidato que tiver sido exonerado ou destituído de cargo em comissão, na vigência do prazo de incompatibilidade para investidura em cargo público federal, conforme previsto no artigo 137 da Lei 8.112/90.

5 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência, amparadas pelo artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, pelo artigo 5º, §2º, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e artigo 37, §§1º e 2º, do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas para cada cargo/área/especialidade e subárea.

5.1.1 Serão considerados candidatos com deficiência aqueles que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto 3.298/99 e suas alterações, bem como os candidatos portadores de visão monocular, conforme Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça e Enunciado AGU 45, de 14 de setembro de 2009.

5.1.2 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

5.1.3 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% das vagas oferecidas, nos termos do §2º do artigo 5º da Lei 8.112/90.

5.1.4 O primeiro candidato com deficiência classificado no concurso público será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte cargos providos.

5.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

- a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso) para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação de desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório;
- b) encaminhar cópia simples do CPF e laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 5.2.1 deste edital.

5.2.1 O candidato portador de deficiência deverá encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada), e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postados impreterivelmente até o dia **6 de fevereiro de 2012**, à FGV – Praia de Botafogo, 190 – 6º andar – sala 612 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ CEP 22250-900.

5.2.2 O fornecimento do laudo médico e da cópia do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A FGV não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada desses documentos a seu destino.

5.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, no ato da inscrição, na forma do subitem 3.9.10 deste edital, atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para sua realização.

5.4 O laudo médico terá validade somente para este concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

5.5 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, na ocasião da publicação do edital de locais e horários de realização das provas.

5.5.1 O candidato cujo pedido de inscrição na condição de portador de deficiência for indeferido poderá interpor recurso no dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante requerimento dirigido à FGV pelo e-mail senado11@fgv.br.

5.6 A inobservância do disposto no subitem 5.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais necessárias.

5.7 O candidato que se declarar portador de deficiência, caso classificado, será convocado, previamente à publicação do resultado final, para submeter-se à perícia médica, realizada em Brasília-DF, promovida por equipe multiprofissional designada pelo Senado Federal, que verificará sua qualificação como portador de deficiência, nos termos do artigo 43 do Decreto 3.298/99 e suas alterações, e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício normal das atribuições do cargo.

5.8 A não observância do disposto no subitem 5.2, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

5.9 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja classificado, figurará na lista dos candidatos que concorrem às vagas de ampla concorrência.

5.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do concurso.

5.11 As vagas definidas no subitem 5.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

6 – DA PRIMEIRA ETAPA

6.1 DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1.1 Na primeira etapa serão aplicadas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangem os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste edital, conforme o quadro a seguir:

PROVAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO		NÚMERO DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	MÍNIMO PARA APROVAÇÃO NA ÁREA
P1	Língua Portuguesa	15 (quinze)	1 (um)	8 (oito) acertos
P2	Conhecimentos Gerais	10 (dez)	1 (um)	5 (cinco) acertos
P3	Direito Constitucional e Administrativo	10 (dez)	1 (um)	5 (cinco) acertos
P4	Administração e Políticas Públicas	5 (cinco)	1 (um)	2 (dois) acertos
P5	Raciocínio Lógico	6 (seis)	1 (um)	2 (dois) acertos
P6	Língua Inglesa	4 (quatro)	1 (um)	1 (um) acerto
P7	Conhecimentos Específicos	30 (trinta)	1 (um)	18 (dezoito) acertos
TOTAIS		80 (oitenta)	80 (oitenta)	

6.1.2 Somente serão considerados aprovados os candidatos que, além de atingirem o mínimo para aprovação em cada área de conhecimento, conforme quadro do item anterior, alcançarem o mínimo de 60% (sessenta por cento) de aproveitamento do total de pontos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha, ou seja, que obtiver o mínimo de 48 (quarenta e oito) acertos do total de questões da prova.

6.2 As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas no dia **11 de março de 2012**, no turno da manhã, com 5 (cinco) horas de duração, das 8h às 13h (horário de Brasília-DF). Os locais, os horários e os turnos de cada área para realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha serão publicados no Diário Oficial da União e divulgados no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, na data prevista no Anexo IV deste edital. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o

comparecimento no horário determinado. É recomendável, ainda, que os candidatos atentem para os fusos horários existentes no território brasileiro.

7 - DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

7.1 Cada Prova Objetiva será composta de questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, com 5 (cinco) alternativas e apenas uma resposta correta.

7.1.1 O número de questões, o valor, o máximo de pontos e o peso de cada questão estão descritos no quadro do subitem 6.1 deste edital.

7.2 Para obter pontuação na questão, o candidato deverá marcar somente uma das alternativas no cartão de respostas.

7.2.1 Será atribuída NOTA ZERO à questão que não apresentar nenhuma resposta assinalada, apresentar emenda ou rasura ou contiver mais de uma resposta assinalada.

7.3 O candidato deverá transcrever as respostas usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, da Prova Objetiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e no próprio cartão de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

7.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com o cartão de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

7.5 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

7.6 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição, área e especialidade a que concorre, data de nascimento e o número de seu documento de identidade.

7.7 Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão obrigatoriamente entregar ao fiscal de aplicação o cartão de respostas que será utilizado para a correção de sua prova, momento em que deverão assinar em campo específico da lista de presença, ato este que servirá de prova da entrega do documento. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO** do certame.

7.8 A FGV divulgará a imagem do cartão de respostas dos candidatos que realizaram as provas objetivas, exceto dos eliminados na forma deste edital, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, após a data de divulgação do resultado preliminar das provas objetivas. A imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do concurso público.

7.8.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem do cartão de respostas.

8 - DA SEGUNDA ETAPA - DAS PROVAS ESCRITAS DISCURSIVAS

8.1 Na Segunda Etapa serão aplicadas Provas Escritas Discursivas para os candidatos aprovados nas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha, em cada área/especialidade e subárea (quando for o caso), classificados até a 20ª (vigésima) posição, respeitados os empates na última posição e a reserva de vagas para candidatos com deficiência.

8.1.1 As Provas Escritas Discursivas terão caráter eliminatório e classificatório, sendo compostas da seguinte forma:

QUADRO DE TEXTOS		MÍNIMO DE LINHAS	MÁXIMO DE LINHAS	TOTAL DE PONTOS
T1	Dissertação	45 (quarenta e cinco)	60 (sessenta)	20 (vinte)
T2	Resumo	-	20 (vinte)	10 (dez)
T3	Tradução (inglês para português)	-	60 (sessenta)	5 (cinco)
T4	Tradução (espanhol para português)	-	60 (sessenta)	5 (cinco)
T5	Parecer (todas as subáreas, exceto subárea de Pronunciamentos)	70 (setenta)	90 (noventa)	20 (vinte)
	Discurso (apenas para a subárea de Pronunciamentos)			
T6	Questão dissertativa (todas as subáreas, exceto subárea de Pronunciamentos)	70 (setenta)	90 (noventa)	20 (vinte)
	Discurso (apenas para a subárea de Pronunciamentos)			
TOTAL DE PONTOS DA ETAPA				80 (oitenta)

8.2 As Provas Escritas Discursivas serão realizadas no dia **29 de abril de 2012**, em dois turnos, com quatro horas e meia de duração cada. Os locais de cada área/especialidade/subárea será publicado no Diário Oficial da União e divulgado no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, na data prevista no Anexo IV deste edital. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

8.2.1 No turno da manhã, das 8h às 12h30min (horário de Brasília-DF), será exigida dos candidatos a produção dos Textos T1, T2 e T3. No turno da tarde, das 14h30min às 19h (horário de Brasília-DF), será exigida dos candidatos a produção dos Textos T4, T5 e T6.

8.3 Para fins de correção, as Provas Escritas Discursivas serão desidentificadas e digitalizadas.

8.4 Os temas a serem propostos abrangerão o conteúdo programático constante do Anexo II deste edital.

8.4.1 Será considerado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida.

8.5 Nos casos de fuga ao tema ou à tipologia textual, de texto definitivo escrito a lápis, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota ZERO.

8.6 As Provas Escritas Discursivas deverão ser feitas à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para sua realização. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um representante da FGV devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

8.6.1 As Provas Escritas Discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho das folhas de textos definitivos, qualquer palavra ou marca que as identifique, sob pena de serem anuladas. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará sua anulação e a consequente eliminação do candidato do concurso.

8.7 Não haverá substituição da Prova Discursiva por erro do candidato.

8.8 Cada texto da prova discursiva será corrigido conforme critérios a seguir:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TEXTO 1	
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	PONTUAÇÃO
1 – Apresentação, legibilidade, margens e parágrafos	2,0
2 – Adequação ao tema e/ou à tipologia textual	2,0
3 – Estrutura textual (construção pertinente de introdução, desenvolvimento e conclusão)	4,0
4 – Pertinência e riqueza de argumentos/exemplos	4,0
5 – Relação lógica entre as ideias	4,0
6 – Objetividade, ordenação e clareza das ideias	4,0
TOTAL	20,0
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	FÓRMULA DE PONTUAÇÃO
Indicação de um erro por cada ocorrência dos tipos a seguir:	$NF = A - (10B/TL)$ <p>onde:</p> <p>NF = Nota Final; A = Soma dos aspectos macroestruturais; B = Quantidade de ocorrências dos erros; TL = Total de linhas efetivamente escritas.</p>
1 – Ortografia, acentuação e crase	
2 – Inadequação vocabular	
3 – Repetição ou omissão de palavras	
4 – Falha de construção frasal ou falta de paralelismo	
5 – Pontuação	
6 – Emprego de conectores	
7 – Concordância verbal ou nominal	
8 – Regência verbal ou nominal	
9 – Emprego e colocação de pronomes	
10 – Vícios de linguagem, estruturas não recomendadas, emprego de maiúsculas e minúsculas, translineação.	
Observações:	
1. O candidato não pode obter nota ZERO no item 2 dos aspectos macroestruturais (A), sob pena de ter sua redação anulada.	
2. A redação deverá ser composta usando-se obrigatoriamente entre 45 e 60 linhas.	
3. Por linha efetivamente escrita entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
4. No caso de número de linhas efetivamente escritas menor que 45, será acrescida a B (quantidade de ocorrências dos erros) quantidade igual à diferença 45-TL.	
5. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de sessenta linhas.	
6. Se $NF < zero$, então, considerar-se-á $NF = zero$.	
7. Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver $NF < 10,00$ pontos.	

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TEXTO 2	
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	PONTUAÇÃO
1 – Apresentação, legibilidade, margens e parágrafos	1,0
2 – Estrutura textual (construção pertinente de introdução, desenvolvimento e conclusão)	1,0
3 – Identificação da essencialidade do texto-base	2,0
4 – Encadeamento lógico entre as ideias	3,0
5 – Habilidade de síntese e redação	3,0
TOTAL	10,0
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	FÓRMULA DE PONTUAÇÃO
Indicação de um erro por cada ocorrência dos tipos a seguir:	$NF = A - (B/4)$ <p>onde:</p> <p>NF = Nota Final; A = Soma dos aspectos macroestruturais; B = Quantidade de ocorrências dos erros.</p>
1 – Ortografia, acentuação e crase	
2 – Inadequação vocabular	
3 – Repetição ou omissão de palavras	
4 – Falha de construção frasal ou falta de paralelismo	
5 – Pontuação	
6 – Emprego de conectores	
7 – Concordância verbal ou nominal	
8 – Regência verbal ou nominal	
9 – Emprego e colocação de pronomes	
10 – Vícios de linguagem, estruturas não recomendadas, emprego de maiúsculas e minúsculas, translineação.	
Observações:	
1. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de vinte linhas.	

2. Se NF < zero, então, considerar-se-á NF = zero.
3. Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver NF < 5,00 pontos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS TEXTOS 3 E 4

(A) TRADUÇÃO	FÓRMULA DE PONTUAÇÃO
Indicação de um erro por cada ocorrência dos tipos a seguir:	$NF = 5,00 - [(2A+B)/10]$ <p>onde:</p> <p>NF = Nota Final; A = Soma das ocorrências de erros de tradução; B = Quantidade de ocorrências dos erros.</p>
1 – Erro derivado de desconhecimento semântico	
2 – Erro derivado de desconhecimento sintático	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	
Indicação de um erro por cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1 – Ortografia, acentuação e crase	
2 – Inadequação vocabular	
3 – Repetição ou omissão de palavras	
4 – Falha de construção frasal ou falta de paralelismo	
5 – Pontuação	
6 – Emprego de conectores	
7 – Concordância verbal ou nominal	
8 – Regência verbal ou nominal	
9 – Emprego e colocação de pronomes	
10 – Vícios de linguagem, estruturas não recomendadas, emprego de maiúsculas e minúsculas, translineação.	
Observações:	
1. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de sessenta linhas.	
2. Se NF < zero, então, considerar-se-á NF = zero.	
3. Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver NF (em Inglês) < 2,50 pontos.	
4. Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver NF (em Espanhol) = zero.	

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS TEXTOS 5 E 6

(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	PONTUAÇÃO
1 – Apresentação, legibilidade, margens e parágrafos	2,0
2 – Adequação ao tema e/ou à tipologia textual	2,0
3 – Estrutura textual (construção pertinente de introdução, desenvolvimento e conclusão)	3,0
4 – Pertinência de conteúdo e abordagem	5,0
5 – Relação lógica entre as ideias	4,0
6 – Objetividade, ordenação e clareza das ideias	4,0
TOTAL	20,0
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	FÓRMULA DE PONTUAÇÃO
Indicação de um erro por cada ocorrência dos tipos a seguir:	$NF = A - (10B/TL)$ <p>onde:</p> <p>NF = Nota Final; A = Soma dos aspectos macroestruturais; B = Quantidade de ocorrências dos erros; TL = Total de linhas efetivamente escritas.</p>
1 – Ortografia, acentuação e crase	
2 – Inadequação vocabular	
3 – Repetição ou omissão de palavras	
4 – Falha de construção frasal ou falta de paralelismo	
5 – Pontuação	
6 – Emprego de conectores	
7 – Concordância verbal ou nominal	
8 – Regência verbal ou nominal	
9 – Emprego e colocação de pronomes	
10 – Vícios de linguagem, estruturas não recomendadas, emprego de maiúsculas e minúsculas, translineação.	
Observações:	
1. O candidato não pode obter nota ZERO no item 2 dos aspectos macroestruturais (A), sob pena de ter sua redação anulada.	
2. O texto deverá ser composto usando-se obrigatoriamente entre 70 e 90 linhas.	
3. Por linha efetivamente escrita entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
4. No caso de número de linhas efetivamente escritas menor que 70, será acrescida a B (quantidade de ocorrências dos erros) quantidade igual à diferença 70–TL.	
5. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de noventa linhas.	
6. Se NF < zero, então, considerar-se-á NF = zero.	
7. Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver NF < 10,00 pontos.	

8.9 Em atendimento ao que está estabelecido no Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008, serão aceitas como corretas, até 31 de dezembro de 2012, ambas as ortografias, isto é, a forma de grafar e de acentuar as palavras vigente até 31 de dezembro de 2008 e a que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009.

8.10 A prova discursiva será anulada se o candidato não devolver sua folha de texto definitivo.

8.11 A FGV divulgará a imagem da folha de textos definitivos dos candidatos que realizaram a prova discursiva, exceto dos candidatos eliminados na forma deste edital, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, após a data de divulgação do resultado preliminar da prova discursiva. A imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do concurso público.

8.11.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de textos definitivos.

9 - DA TERCEIRA ETAPA

9.1 A Terceira Etapa consistirá na Avaliação de Títulos, de caráter apenas classificatório, com valoração de até **8 (oito) pontos**, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

9.2 Os títulos deverão ser entregues na data de realização das Provas Escritas Discursivas, na Coordenação do local de provas em que o candidato realizar a prova, apenas após o término do tempo estipulado para sua realização, onde haverá envelopes e formulários próprios à disposição dos candidatos interessados para o devido preenchimento e entrega. Ao entregar os títulos, o candidato receberá o protocolo de entrega dos títulos.

9.2.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, estar de posse dos documentos a serem entregues para a Avaliação de Títulos quando do ingresso no local de provas. Não será admitido, no dia de realização das provas, que o candidato se retire do local de provas, mesmo que este já tenha terminado sua prova, para buscar documentos referentes a títulos ou que receba estes documentos de pessoas estranhas ao certame, mesmo que estejam fora do perímetro do local de realização das provas.

9.2.2 Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas Provas Escritas Discursivas.

9.3 O candidato, na entrega dos títulos, deverá anexar o formulário para entrega de títulos, conforme modelo no Anexo III deste edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos entregues, seu nome e cargo/área/especialidade e subárea pretendida, com letra legível ou de forma. O formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos.

9.4 Os candidatos poderão entregar cópias dos documentos autenticadas em Cartório de Notas, ou até mesmo a via original. Em hipótese alguma haverá a devolução das cópias ou dos originais.

9.5 A entrega dos documentos referentes aos títulos não implica, necessariamente, que a pontuação postulada seja concedida. Os documentos serão analisados pela FGV de acordo com as normas estabelecidas neste edital.

9.6 A não apresentação dos títulos importará na atribuição de nota zero ao candidato na fase de avaliação de títulos, que não possui caráter eliminatório, mas somente classificatório.

9.7 Os títulos especificados neste edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

9.8 Cada título será considerado uma única vez.

9.9 Os títulos considerados neste concurso serão somente os certificados acadêmicos de conclusão de pós-graduação. Suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

ALÍNEA	TÍTULOS AVALIADOS	COMPROVAÇÃO	PONTOS POR TÍTULO	VALOR MÁXIMO NA CATEGORIA
A	Curso de Doutorado exclusivo na área específica* de atuação do cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso) pretendida	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou certificados expedidos por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC ou Conselho Estadual ou Federal de Educação.	4 (quatro)	4 (quatro)
B	Curso de Mestrado exclusivo na área específica* de atuação do cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso) pretendida	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou certificados expedidos por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC ou Conselho Estadual ou Federal de Educação.	2 (dois)	2 (dois)
C	Curso de Pós-Graduação exclusivo na área específica* de atuação do cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso) pretendida	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou Históricos Escolares ou certificados de curso de pós-graduação em nível de especialização <i>lato sensu</i> , com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, expedido por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC ou Conselho Estadual ou Federal de Educação.	1 (um)	2 (dois)
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				8 (oito)

**Considera-se área específica a Pós-graduação dentro da especialidade a que concorre.*

9.10 A comprovação de títulos referentes a cursos para os que ainda não foram expedidos diplomas e históricos escolares, será feita mediante declaração de conclusão de curso. A declaração só será aceita se informar EXPRESSAMENTE a portaria do MEC que autoriza o curso de pós-graduação realizado. A declaração deverá conter, ainda, a data de término do curso, com conclusão e apresentação de monografia (se houver), e ter sido expedida até 180 (cento e oitenta) dias após a conclusão do curso, uma vez que após este prazo somente será aceito diploma e/ou histórico escolar, por ser o prazo de 180 dias o prazo máximo para expedição do certificado e/ou histórico escolar pela instituição de ensino.

9.10.1 Não serão pontuados como títulos declarações que apenas informem que o candidato está regularmente matriculado em curso de pós-graduação, mesmo que nessa declaração conste a previsão de seu término. A declaração de conclusão de curso somente será considerada válida se informar EXPRESSAMENTE que o curso foi integralmente concluído.

9.10.2 Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, deverão atender aos seguintes aspectos: a) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 1, de 3 de abril de 2001, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de abril de 2001, Seção I, p. 12 deverão conter - ou ser acompanhados de - histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; período e local em que o curso

foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; título da monografia ou do trabalho final do curso e nota ou conceito obtido; declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 1 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição, no caso de Cursos ministrados à distância. Esta exigência está amparada pelo art. 12 da Resolução CNE/CES 1; b) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 3, de 5 de outubro de 1999, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União, de 7 de outubro de 1999, Seção I, p. 52 deverão mencionar a área específica do conhecimento a que corresponde, e conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, sua carga horária, a nota ou conceito obtido pelo aluno; o nome e a titulação do professor por elas responsável; o período em que o curso foi realizado e a declaração de que o curso cumpriu todas as disposições da dita Resolução. Esta exigência está amparada pelo art. 5º da Resolução CNE/CES 3; c) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 2, de 20 de setembro de 1996, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 1996, Seção I, p. 21183, deverão conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 2. Esta exigência está amparada pelo art. 11 da Resolução CNE/CES 2; d) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 12, de 6 de outubro de 1983, emitida pelo Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1983, Seção I, p. 18.233 deverão conter - ou ser acompanhado de - histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 12. Esta exigência está amparada pelo parágrafo único do art. 5 da Resolução 12/83; e) outras Resoluções que amparem os diplomas expedidos.

9.10.3 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como declarações, certidões, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, além dos mencionados no subitem anterior, ou documentos que não estejam em consonância com as Resoluções citadas não serão considerados para efeito de pontuação.

9.11 O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, os pontos que excederem o valor máximo estabelecido em cada item e o estipulado no subitem 9.1 deste edital serão desconsiderados, sendo somente avaliados os títulos que tenham correlação direta com o cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso) pretendida pelo candidato.

9.12 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório.

9.13 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax e/ou via correio eletrônico.

10 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

10.1 Todos os candidatos terão suas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha corrigidas por meio de processamento eletrônico.

10.1.1 A nota do candidato em cada questão das provas objetivas será obtida com base nas marcações do cartão de respostas, sendo que será igual a 1,00 (um) ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas e 0,00 (zero) ponto, caso não haja marcação, haja marcação dupla ou caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas.

10.1.2 A Nota Final das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha (NFPO), comum a todos os candidatos, será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões que a compõem.

10.2 Serão corrigidas as Provas Escritas Discursivas de todos os candidatos habilitados para esta etapa.

10.3 A Nota Final na Prova Discursiva (NFDP) dar-se-á pela soma algébrica das notas em cada texto da prova discursiva.

10.4 O candidato que não obtiver aprovação na primeira ou segunda etapas do concurso público não terá nenhuma classificação no certame.

10.5 A Nota Final na Avaliação de Títulos (NFAT) corresponderá ao número de títulos entregues que façam jus às pontuações para cada alínea evidenciadas no subitem 9.9 deste edital, sendo que esta etapa terá caráter somente classificatório no certame.

11 – DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

11.1 A Nota Final (NF) será obtida pela seguinte fórmula: $NF = NFPO + NFDP + NFAT$, onde NFPO é a Nota Final da Prova Objetiva (calculada conforme item 10.1.2), NFDP é a Nota Final da Prova Discursiva (calculada conforme item 10.3) e NFAT é a Nota Final da Avaliação de Títulos (calculada conforme item 10.5).

11.2 Para efeito de classificação, os candidatos aprovados serão classificados por cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso), de acordo com os valores decrescentes da Nota Final (NF), observados os critérios de desempate descritos no item 12 deste edital.

11.3 Os candidatos aprovados considerados aptos na condição de portadores de deficiência, na forma do subitem 5.7 deste edital, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação, figurarão também na lista de classificação geral no cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso).

12 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- b) obtiver a maior nota final nas Provas Escritas Discursivas;
- c) obtiver maior nota na área de conhecimento de Língua Portuguesa nas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha;
- d) obtiver maior nota na área de conhecimento de Conhecimentos Específicos nas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha;
- e) obtiver maior nota na área de conhecimento de Língua Inglesa nas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha;
- f) obtiver maior nota na área de conhecimento de Conhecimentos Gerais nas Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha;
- g) persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso;
- h) sorteio público.

12.2 Caso haja pelo menos um candidato com idade igual ou superior a sessenta anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate, no cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso), se dará utilizando como primeiro critério a idade, seguido dos demais critérios já enumerados nos subitens acima.

13 - DOS RECURSOS

13.1 Os gabaritos oficiais preliminares das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha, o padrão de respostas das Provas Escritas Discursivas e o resultado da Avaliação de Títulos serão divulgados no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, nas datas previstas no Anexo IV.

13.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares e os resultados disporá de dois dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, conforme datas determinadas no Anexo IV.

13.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares, o candidato deverá usar o formulário próprio, encontrado no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, respeitando as suas instruções.

13.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

13.4.1 Na resposta dos recursos contra o gabarito preliminar das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha, a Banca Examinadora poderá alterar ou anular o gabarito preliminar divulgado. No caso do pedido de revisão da nota atribuída nas Provas Escritas Discursivas, a Banca Examinadora poderá manter, aumentar ou diminuir a pontuação atribuída conforme o gabarito oficial preliminar.

13.5 Se do exame de recurso resultar anulação de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a ela será atribuída a todos os candidatos.

13.6 Se houver alteração, por força de impugnações, do gabarito oficial preliminar de questão integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

13.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11.

13.8 Não serão aceitos recursos por fax, correio eletrônico ou pelos Correios ou fora do prazo.

13.9 Será preliminarmente indeferido recurso inconsistente ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste edital ou em outros editais que vierem a ser publicados.

13.10 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recurso ou recurso de gabarito oficial definitivo, bem como contra o resultado final das Provas.

13.11 Será liminarmente indeferido o recurso cujo teor desrespeitar a banca.

13.12 A forma e o prazo para a interposição de recursos contra o resultado provisório das Provas Escritas Discursivas serão definidos no respectivo edital de divulgação do resultado provisório.

14 - DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 O resultado final será homologado pelo Presidente do Senado Federal, respeitado o disposto no artigo 42 do Decreto 3.298/99 e suas alterações, mediante publicação no Diário Oficial da União, não se admitindo recurso desse resultado.

15 - DA NOMEAÇÃO E DA LOTAÇÃO

15.1 Todas as vagas terão lotação em Brasília, no Distrito Federal.

15.2 A nomeação dos candidatos portadores de deficiência classificados no concurso observará a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.

15.3 A classificação obtida pelo candidato no concurso não gera para si o direito de escolher a Unidade da estrutura do Senado Federal de seu exercício, ficando condicionada ao interesse e à conveniência da Administração.

15.4 O candidato nomeado apresentar-se-á para posse e exercício às suas expensas.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas neste edital e em outros a serem publicados.

16.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes a este concurso público no Diário Oficial da União, os quais também serão divulgados integralmente no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11.

16.3 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público por meio do telefone 0800-2834628 ou no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11, ressalvado o disposto no subitem 16.6 deste edital.

16.4 Qualquer correspondência deverá ser postada, via SEDEX, à FGV – Praia de Botafogo, 190 – 6º andar – sala 612 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ CEP 22250-900.

16.5 O candidato que desejar requerer documentos ou informações ou relatar à FGV fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo usando os meios dispostos no subitem anterior.

16.6 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 16.2.

16.7 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, observando o horário oficial de Brasília-DF, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do documento de identidade original.

16.8 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

16.8.1 Não serão aceitos como documentos de identidade certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

16.8.2 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

16.9 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 16.8 deste edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do concurso público.

16.10 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

16.10.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

16.11 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, a FGV procederá, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas.

16.11.1 A identificação datiloscópica compreenderá a coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos, mediante a utilização de material específico para esse fim, afixado em campo específico de seu cartão de respostas (provas objetivas) e de sua folha de textos definitivos (prova discursiva).

16.11.2 Caso o candidato esteja impedido fisicamente de permitir a coleta da impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato na ata de aplicação da respectiva sala.

16.12 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado oficial.

16.13 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, duas horas após o seu início.

16.13.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do candidato.

16.13.2 O candidato que insistir em sair do recinto de realização da prova, descumprindo o disposto no subitem 16.13, deverá assinar o Termo de Ocorrência, declarando sua desistência do concurso, lavrado pelo Coordenador Local.

16.13.3 Os três últimos candidatos a terminar as Provas deverão permanecer juntos no recinto, sendo somente liberados após os três terem entregado o material utilizado, terem seus nomes registrados na Ata e estabelecidas suas respectivas assinaturas.

16.13.4 A regra do subitem anterior poderá ser relativizada quando se tratar de casos excepcionais onde haja número reduzido de candidatos acomodados em uma determinada sala de aplicação, como, por exemplo, no caso de candidatos com necessidades especiais que necessitem de sala em separado para a realização do concurso, oportunidade em que o lacre da embalagem de segurança será testemunhado pelos membros da equipe de aplicação, juntamente com o(s) candidato(s) presente(s) na sala de aplicação.

16.14 Iniciada a prova, o candidato não poderá retirar-se da sala sem autorização. Caso o faça, não poderá retornar em hipótese alguma.

16.15 O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões, ao final da prova, se isto ocorrer nos últimos sessenta minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

16.15.1 Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu cartão de respostas, a sua prova discursiva e o seu caderno de questões, este último ressalvado o disposto no subitem 16.15.

16.16 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

16.16.1 Se, por qualquer razão fortuita, o concurso sofrer atraso em seu início ou necessitar interrupção, será concedido aos candidatos do local afetado prazo adicional de modo que tenham o tempo total previsto neste edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.

16.16.2 Os candidatos afetados deverão permanecer no local do concurso, não contando o tempo de interrupção, para fins de interpretação das regras deste edital.

16.17 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

16.18 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

16.19 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto neste subitem deverá informar ao fiscal da sala que determinará o seu recolhimento em embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, e sua guarda.

16.19.1 A FGV recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior no dia de realização das provas.

16.19.2 A FGV não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

16.19.3 A FGV não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

16.19.4 Para a segurança de todos os envolvidos no concurso, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação da unidade, onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo, onde preencherá os dados relativos ao armamento. Eventualmente, se o candidato se recusar a entregar a arma de fogo, assinará termo assumindo a responsabilidade pela situação, devendo desmuniar a arma quando do ingresso na sala de aplicação de provas, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, que deverá permanecer lacradas durante todo o período da prova, juntamente com os demais equipamentos proibidos do examinando que forem recolhidos.

16.19.5 Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, os candidatos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação, que deverá permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto após deixar o local de provas.

16.19.6 A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos, sendo recomendável que a embalagem não reutilizável fornecida para o recolhimento de tais aparelhos somente seja rompida após a saída do candidato do local de provas.

16.20 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a sua realização:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas; b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato; c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha; d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos; e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio; f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização; g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal; h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas ou a folha de texto definitivo; i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, no cartão de respostas ou na folha de texto definitiva; j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido; k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público; l) não permitir a coleta de sua assinatura; m) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos; n) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação; o) não permitir ser submetido ao detector de metal; p) não permitir a coleta de sua impressão digital no cartão de respostas.

16.21 Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas objetivas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas.

16.21.1 Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado as provas. A exclusivo critério da Coordenação do local, poderá ser permitido, caso haja disponibilidade, o uso de outros sanitários do local que não estejam sendo usados para o atendimento a candidatos que ainda estejam realizando as provas.

16.22 Ao término das provas o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação de provas, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.

16.23 Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

16.24 No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

16.25 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso.

16.26 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

16.27 O prazo de validade do concurso, será de 1 (um) ano contado a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Administração do Senado Federal.

16.28 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço com a FGV, enquanto estiver participando do concurso até a data de divulgação do resultado final, por meio de requerimento a ser enviado à Fundação Getulio Vargas – Praia de Botafogo, 190 – 6º andar – sala 612 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ CEP 22250-900. Após essa data, a atualização de endereço deverá ser feita junto ao Senado Federal. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

16.29 As despesas decorrentes da participação no concurso público, inclusive deslocamento, hospedagem e alimentação, correm por conta dos candidatos.

16.30 Os casos omissos serão resolvidos pela FGV em conjunto com a Comissão do Concurso.

16.31 As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não mencionadas nos conteúdos constantes do Anexo II deste edital.

16.31.1 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, exceto a listada nos objetos de avaliação constantes deste edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

16.32 Poderá haver formalização da desistência do candidato à nomeação, desde que efetuada mediante requerimento endereçado ao Presidente do Senado Federal, até o dia útil anterior à data da posse.

16.32.1 Havendo desistência temporária, a ser formalizada nos termos indicados no item anterior, o candidato renunciará à sua classificação e será posicionado em último lugar na lista dos aprovados do respectivo cargo/área/especialidade e subárea (quando for o caso).

16.33 A FGV poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção ou atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

16.34 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital somente poderão ser feitas por meio de edital de Retificação.

Brasília-DF, 22 de dezembro de 2011.

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora-Geral do Senado Federal

ANEXO I
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA: CONSULTORIA E ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
ESPECIALIDADE: ACESSORAMENTO LEGISLATIVO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PARA A ÁREA, ESPECIALIDADE E SUBÁREAS: Atividades de nível superior e especializado, de consultoria e assessoramento técnico à Comissão Diretora, à Mesa, às Comissões e aos senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, a preparação, por solicitação dos senadores, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal.

ÁREA: CONSULTORIA E ACESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS
ESPECIALIDADE: ACESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PARA A ÁREA E ESPECIALIDADE: Atividades, de nível superior e especializado, de prestação de consultoria e assessoramento em planos e orçamentos públicos à Comissão Mista Permanente de que trata o §1º do artigo 166 da Constituição Federal, à Mesa, às demais Comissões e aos senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização de planos e orçamentos públicos, quando do interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação, por solicitação dos congressistas, de minutas de proposições e de relatórios sobre planos e orçamentos públicos, e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal e do Congresso Nacional, em matéria de planos e orçamentos públicos.

ANEXO II CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Redação Oficial: *Manual de Redação da Presidência da República e Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*.

CONHECIMENTOS GERAIS

Fundamentos históricos do Brasil e do mundo contemporâneo. Revolução Industrial, imperialismo e globalização. Sistema mundial de poder: Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade e o cenário pós-guerra fria. A Era do Conhecimento: o século XX, a urbanização da sociedade e a cultura de massas. A modernização brasileira: implantação da República, revolução de 1930, industrialização, urbanização e a ruptura institucional de 1964. Brasil contemporâneo: o regime militar e a redemocratização. Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Conhecimentos relativos às normas constitucionais. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes do Estado. Poder Legislativo. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem Social. Direito administrativo. Ato administrativo. Controle da administração pública. Contrato administrativo. Agentes administrativos. Poderes da administração. Princípios básicos da administração. Serviços públicos. Lei 8.666, de 1993, e respectivas atualizações. Lei 8.112, de 1990, e respectivas atualizações.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Formas históricas de administração pública, patrimonialismo, administração burocrática racional e legal. O paradigma pós-burocrático, administração pública gerencial, a nova administração pública. Evolução da administração pública no Brasil e reformas administrativas: dimensões estruturais e culturais. Organização administrativa. Controles interno e externo da administração pública. Agências reguladoras. Distribuição de competências entre as esferas do governo. Desigualdades regionais. Responsabilidade fiscal. Planejamento e ação governamental.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Uso da linguagem natural. Formas de discurso. Falácias de ambiguidade. Proposições categóricas. Silogismos categóricos. Diagramas de Venn para teste de silogismos. Argumentos silogísticos nas linguagens naturais. Sofismas. Lógica proposicional. Linguagem da lógica proposicional. Dedução na lógica proposicional. Formas de enunciado, de raciocínio e de argumentos. Paradoxos da implicação. Lógica de 1ª ordem. Linguagem da lógica de 1ª ordem. Dedução na lógica de 1ª ordem. Conceitos básicos de matemática. Números inteiros, racionais e reais. Sistema legal de medidas. Razões e proporções. Regras de três simples e compostas. Porcentagens. Equações e inequações de 1º e de 2º graus. Funções e gráficos. Sequências numéricas. Progressões aritméticas e geométricas. Juros simples e compostos. Conceitos básicos de probabilidade e estatística.

LÍNGUA INGLESA

Estratégias de leitura: compreensão geral do texto; reconhecimento de informações específicas; capacidade de análise e síntese; inferência e predição; reconhecimento do vocabulário mais frequente em textos não literários; palavras cognatas e falsos cognatos. Estratégias discursivas: tipo de texto; função e estrutura discursivas; marcadores de discurso; elementos de coesão. Aspectos gramaticais: uso de artigos definidos e indefinidos; conhecimento dos tempos e modos verbais; uso de preposições, conjunções, pronomes e modais; concordância nominal e verbal; formação e classe de palavras; relações de coordenação e subordinação; voz passiva, discurso direto e indireto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA: CONSULTORIA E ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
ESPECIALIDADE: ACESSORAMENTO LEGISLATIVO

SUBÁREA: AGRICULTURA

Noções gerais de teoria econômica. Problemas básicos da organização econômica. O mecanismo do mercado. Análise da oferta e da procura. Mercado concorrencial. Concorrência imperfeita. Monopólio e oligopólio. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". Instrumentos de política governamental. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. Medidas do desempenho econômico. Consumo e investimento. Teoria da procura agregada. Modelo básico do multiplicador. Modelo IS-LM. Economia do lado da oferta. Macroeconomia Keynesiana. A visão monetarista. Expectativas racionais em macroeconomia. Orçamento e política fiscal. Balanço de pagamentos. Fontes de inflação. Banco Central e política monetária. Noções gerais de economia brasileira. Formação econômica do Brasil. Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. O endividamento externo brasileiro. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. Noções gerais acerca de competências privativas. Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CRFB, art. 49, I). Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal 78, de 1998, e 96, de 1989). Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado Federal 50, de 1993. Políticas para a agropecuária e economia agrícola. Noções sobre o funcionamento das principais instituições do setor. Comercialização, incluindo mercados interno e externo, política de preços, bolsas de mercadorias e crédito para a comercialização. Pesquisa, extensão e tecnologia agrícolas. Organismos geneticamente modificados. Produção, armazenagem, abastecimento e segurança alimentar. Emprego e renda. Tributação, crédito e seguro rural. Irrigação, drenagem, infraestrutura rural e fontes alternativas de energia. Estrutura fundiária e reforma agrária. Sanidade animal e vegetal e vigilância sanitária. Cooperativismo e associativismo. Agroindústria. Insumos agropecuários. Políticas de melhoria da produtividade do setor primário. Políticas de uso da água. Ética profissional.

SUBÁREA: COMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comunicação: A comunicação na ordem constitucional. Política de Comunicação no Brasil. História da comunicação no Brasil. Evolução histórica da legislação pertinente. Política de radiodifusão. Regime jurídico da radiodifusão. Legislação comparada: regulação na Europa e nos Estados Unidos. Radiodifusão comercial. Radiodifusão estatal. Radiodifusão educativa. Radiodifusão comunitária. TV por Assinatura: MMDS, Satélite, DTH, TV a Cabo. Informática. A Lei de Informática Brasileira. Rede mundial de computadores (Internet) e sua legislação no Brasil. Crimes na Internet. Legislação comparada internacional (história): EUA, França e Itália. Políticas de informação pública. Ciência da informação. Serviços de informação no Brasil - públicos e privados, sua evolução e legislação. Sigilo e segurança nos serviços de informação. Privacidade e direitos da pessoa nos sistemas de coleta, armazenagem e disseminação de informações. Habeas data. Código de Defesa do Consumidor. Lei do Número Único de Registro Civil. Bancos públicos e privados de dados com informações pessoais. Comércio eletrônico. Telecomunicações. Política nacional de telecomunicações. Desestatização do Sistema Telebrás. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): criação, regulamento, atribuições e competências. Plano geral de outorgas, plano de metas de qualidade e plano de metas de universalização. Direito no âmbito das telecomunicações. A legislação internacional e brasileira. O Código Brasileiro de Telecomunicações de 1961, a Lei Mínima de 1996 e a Lei Geral de 1997. Regulamento do serviço móvel celular e do serviço telefônico fixo comutado. Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust) e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Legislação referente à outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para a execução de serviços de telecomunicações. Ética profissional.

SUBÁREA: DEFESA NACIONAL, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Relações Internacionais - Direito Internacional Público: concepções novas e antigas, características, os sujeitos de direito internacional público, terminologia, desenvolvimento histórico e doutrinário, fontes principais e acessórias e fundamentos. Relação do Direito Internacional Público com as demais disciplinas jurídicas. O Direito Internacional Público e a ordem constitucional brasileira. Sujeitos de direito internacional. Estados. Elementos constitutivos: território, população e governo. Imunidade à jurisdição estatal. Nacionalidade: brasileiros natos e naturalizados. Estrangeiros: condição jurídica (Lei 6.815, de 1980). Deportação. Expulsão. Extradicação. Refúgio (Lei 9.474, de 1997) e asilo político. Organizações internacionais; Teoria geral; Conceito e classificação; Constituição. Personalidade jurídica. Responsabilidade internacional. Conceito e fundamento; Elementos constitutivos;

Consequências; Proteção diplomática. Organizações internacionais: personalidade jurídica, classificação, competência, estrutura e perfil histórico. A ONU e a OEA. A solução pacífica de controvérsias: meios diplomáticos e políticos. A solução judiciária: a Corte de Haia e seu estatuto. As sanções no Direito Internacional Público. Fontes do direito internacional. Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Tratado internacional (Convenção de Viena de 1969): Conceito e classificação; Celebração (competência negocial); Entrada em vigor; Incorporação ao direito interno (Brasil); Hierarquia do tratado incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro; Tratado em vigor e sua extinção; Costume internacional; Princípios gerais do direito; Meios auxiliares – doutrina e jurisprudência; Outras fontes – atos unilaterais e decisões de organizações internacionais. Direito internacional e direitos humanos: noções gerais; Sistema interamericano de proteção. Conflito de leis no espaço; Elementos de conexão; Fontes brasileiras de direito internacional privado. Direito processual civil internacional: princípios gerais; aplicação do direito estrangeiro, competência internacional, litispendência, fraude à lei, ordem pública e direito adquirido. Carta rogatória. Homologação de sentença estrangeira. Cooperação judiciária internacional. A guerra: noções, gênese, classificação, as leis da guerra, as hostilidades, estado de beligerância, estado de guerra sem declaração formal. A declaração de guerra e seus efeitos. A guerra terrestre, marítima, aérea e espacial. A guerra nuclear. A guerra química. A terminação da guerra: modos, efeitos, a questão do julgamento dos criminosos de guerra, as reparações. Relações entre beligerantes. Neutralidade: noções, aspecto histórico, definição e características, espécies, restrições ao comércio neutral, deveres e direitos dos neutros, neutralidade terrestre, marítima e aérea. Segurança coletiva: noções. A interdição ao recurso à força. A intervenção e a segurança coletiva; doutrinas. Os princípios da não intervenção e da autodeterminação. Assistência recíproca. Organizações militares de defesa. Sistemas de segurança e legítima defesa coletiva no âmbito da ONU e da OEA. Proibição do emprego de meios químicos e bacteriológicos. Proscrição de experiências com artefatos nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água. Desarmamento e a não proliferação das armas nucleares. Proscrição de armas nucleares na América Latina. A posição do Brasil em relação ao TNP. O homem nas relações internacionais. História e doutrina. Proteção e inviolabilidade da pessoa humana e as cortes internacionais de direitos humanos. O Direito Internacional humanitário: declaração universal dos direitos do homem e a Convenção Americana. O asilo diplomático e territorial: conceitos, características e evolução histórica. Princípios da nacionalidade. A apatridia. O deslocamento da pessoa humana. O fenômeno migratório. Situação jurídica do estrangeiro: história, direitos e limitações dos estrangeiros. Refugiados: proteção internacional, estatuto. Regime jurídico do estrangeiro no Brasil. Entrada, extradição e expulsão. Asilo. Emigração e imigração. A nacionalidade no direito brasileiro. Cidadania e naturalização. O regime jurídico especial entre brasileiros e portugueses. O território: domínio terrestre, composição, extensão e limites, demarcação. Formação histórica do território brasileiro. As questões de limites e os princípios aplicados. Domínio fluvial: rios nacionais e internacionais. Aproveitamento dos recursos hídricos e pesqueiros e para navegação. Domínio marítimo: condição jurídica do mar. Mar territorial, zona contígua, plataforma continental, as grandes profundidades, mares internos, estreitos e canais marítimos, golfos, baías, portos e estuários, vias internacionais de comunicação. O alto mar. A pesca e a conservação dos recursos vivos do alto mar. Pesquisa científica marinha. A exploração dos recursos minerais ou petrolíferos. A posição do Brasil em relação ao novo Direito do Mar. Corpos celestes. Regiões polares. Tratado da Antártida. A presença brasileira no continente antártico. O Direito Internacional do meio ambiente. As organizações internacionais e a poluição. As obrigações ou compromissos internacionais. O ato jurídico internacional: histórico, definição, classificação, terminologia, natureza. O direito dos tratados após a Convenção de Havana de 1928. O direito dos tratados após a Convenção de 1969. O tratado internacional: natureza jurídica, espécies, negociação e conclusão, processos de elaboração, interpretação, efeitos, terminação dos tratados. A revisão dos tratados. Aplicação dos tratados no tempo: o princípio da irretroatividade. A regra fundamental *pacta sunt servanda*. O princípio da boa-fé no direito dos tratados. Forma, validade e efeitos jurídicos das reservas no tratado internacional. O problema das ratificações imperfeitas. As teorias da repercussão dos tratados sobre Estados não contratantes. Suspensão e extinção do tratado internacional. Efeitos do estado de guerra e da alteração fundamental das circunstâncias sobre a vigência dos tratados (teoria da cláusula *rebus sic stantibus*). Particularidade dos tratados institucionais e das convenções celebradas no âmbito das organizações internacionais. A capacidade contratual autônoma dos organismos coletivos dotados de personalidade jurídica de direito internacional. O Poder Executivo e o Congresso Nacional no processo de elaboração do tratado internacional. A outorga legislativa: doutrina e evolução histórica. Acordos externos de interesse dos Estados Membros, do Distrito Federal e dos Municípios. A obrigatoriedade dos tratados e normas internacionais na ordem jurídica nacional. Conflito entre disposições convencionais e disposições legislativas internas. Balanço de pagamentos: conceito, estrutura e o caso brasileiro. Transações correntes. Política comercial – a balança de mercadorias – tarifas, quotas, restrições quantitativas e subsídios às importações brasileiras. Política de incentivo às exportações brasileiras. A balança de serviços no Brasil: os principais itens e suas características. Déficit estrutural. O hiato de recursos e as economias subdesenvolvidas. A conta de capital. A captação de recursos estrangeiros diretos pelo Brasil: modalidades e consequências. O capital estrangeiro na economia brasileira. A captação de empréstimos e financiamentos. Fontes, mecanismos internos de captação. O endividamento externo brasileiro: origens, causas e consequências, indicadores, coeficientes de análise, parâmetros e evolução recente, limites, alternativas atuais, estratégias paranegociação, moratória e conversão da dívida em investimento. As negociações brasileiras com o Fundo Monetário Internacional e as negociações com os bancos particulares. Relações econômicas internacionais. Instituições financeiras internacionais: GATT, EEC, UNCTAD, ALADI. O protecionismo internacional: mecanismos, barreiras não tarifárias

e os países subdesenvolvidos. Instituições financeiras e entidades vinculadas aos financiamentos a nível internacional: BID, BIRD, BIS, Clube de Paris. O FMI: origens, funções, instrumentos de atuação. Características gerais dos programas de ajustamento econômico do Fundo: impacto e eficácia sobre os problemas das economias subdesenvolvidas. Defesa Nacional: Segurança e defesa interna. A doutrina e o direito da segurança nacional. Medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. Intervenção federal nos estados. Segurança pública e seus órgãos institucionais. Polícia federal, marítima, aérea e de fronteiras, rodoviária, ferroviária e portuária. Polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar dos Estados e do Distrito Federal. Segurança e defesa externa. Defesa territorial, aeroespacial, marítima. Questões de fronteiras e limites do território nacional. Espaço aéreo e marítimo. Assuntos referentes às Forças Armadas e Auxiliares, destacadamente: administração pública militar, em seus aspectos institucionais, organizacionais e funcionais. Organização judiciária militar: Ministério Público Militar. Direito militar e legislação de defesa nacional. Direito marítimo, aeronáutico e espacial. Serviço militar e prestação civil alternativa. Estudos estratégicos e atividades de informação e contra informação. Direito de guerra e neutralidade. Declaração de guerra, condições de armistício e de paz. Litígios internacionais, neutralidade em face de conflitos internacionais e intervenção em países estrangeiros. Envio de tropas brasileiras para o exterior. Presença de tropas estrangeiras no território nacional. Assuntos referentes à faixa de fronteira e às áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional. Estabelecimento, controle ou exploração de centros de pesquisa e desenvolvimento e de indústrias que interessem à defesa do País. Produção e comercialização de material bélico. Requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra. Acordos e organismos internacionais de cooperação e assistência em assuntos militares. Ética profissional.

SUBÁREA: DESPORTO E CULTURA

Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios. Cultura: Cultura, bens, valores e patrimônio cultural. Bens materiais e imateriais. Formas de expressão cultural. Desenvolvimento cultural. Exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Multiculturalismo e identidade nacional. Preservação e proteção de culturas populares. Promoção do patrimônio cultural brasileiro. Produção cultural e conhecimento cultural. Proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos. Sítios arqueológicos. Bibliotecas, arquivos e museus. Tombamento de documentos e sítios históricos. Danos e ameaças ao patrimônio cultural. Defesa contra evasão, destruição e descaracterização dos patrimônios histórico, cultural, artístico e científico. Gestão da documentação governamental. Patrimônio artístico, científico, histórico, arquitetônico, geográfico, arqueológico, paleontológico e espeleológico. Cavernas naturais. Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Conjuntos urbanos e sítios. Instituições culturais. Organização administrativa do sistema de cultura. Política cultural e ações governamentais. Normas gerais sobre cultura. Competência legislativa da União, dos Estados e do Distrito Federal. Incentivo à produção e ao conhecimento de bens e valores culturais. Incentivo fiscal às atividades culturais. Incentivos e apoio à cultura. Apoio a projetos e atividades culturais. Criações artísticas. Criações científicas, artísticas e tecnológicas. Manifestações artístico-culturais. Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artístico-culturais. Fomento à atividade audiovisual. Cinema e desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. Desporto: Normas gerais sobre desporto. Histórico da legislação desportiva no Brasil. O desporto como patrimônio cultural. Autonomia desportiva: sentido e alcance. Prática desportiva formal e não formal. Manifestações desportivas de criação nacional. Olimpismo: movimento olímpico nacional e internacional. Desporto educacional. Desporto de participação. Desporto de rendimento. Desporto profissional e não profissional. O Sistema Brasileiro do Desporto: composição e objetivos. Financiamento do desporto. Justiça desportiva: organização e funcionamento. A gestão das associações desportivas profissionais. Relação laboral do atleta profissional. O atleta profissional e a Previdência Social. Direito de arena. Espetáculos desportivos e consumidores. O desporto e a ordem jurídica internacional. Organismos internacionais de desporto. Ética profissional.

SUBÁREA: DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E AGRÁRIO

Direito Civil: Das pessoas naturais e jurídicas. Capacidade, domicílio, registro. Bens: conceito e classificação. Dos fatos e atos jurídicos. Forma, prova, modalidades, defeitos, nulidade, anulabilidade, inexistência, ineficácia e consequência. Dos atos ilícitos. Da prescrição. Casamento; classificação, habilitação, requisitos formais, impedimentos, forma, prova, anulação, efeitos jurídicos e regime de bens. Separação e divórcio. União estável: caracterização, efeitos alimentícios e sucessórios, dissolução. Das relações de parentesco. Da tutela, da curatela e da ausência. Registros públicos. Registro civil das pessoas jurídicas e físicas. Registro de títulos e documentos. Registros facultativos e obrigatórios de imóveis. Posse e propriedade: conceito, classificação, aquisição, perda, proteção e efeitos. Direitos de vizinhança. Dos direitos reais sobre coisas alheias. Hipoteca, penhor, usufruto e servidões. Condomínio predial e não predial. Das modalidades das obrigações. Dos efeitos das obrigações. Da cessão de crédito. Dos contratos: Generalidades, elementos e efeitos dos contratos. Teoria da imprevisão e revisão contratual. Da compra e venda. Da doação. Da locação. Do empréstimo. Do depósito. Do mandato e da fiança. Sucessão: disposições gerais, ordem de vocação hereditária, capacidade sucessória, direito de representação, transmissão da herança, herança jacente, aceitação e renúncia da herança, capacidade para testar, parte disponível, legados e codicilo, deserdação, substituição, sonegados, indignidade, colação, pagamento

das dívidas e garantias, partilha e sobrepartilha. Responsabilidade civil do Estado e do particular. Direitos do consumidor. Dos direitos básicos do consumidor. Teoria da imprevisão. Reparação dos danos patrimoniais e morais. Inversão do ônus da prova. Deveres do fornecedor. Pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira. Teoria da responsabilidade civil objetiva do fornecedor por defeitos do produto e da prestação de serviços: acidentes de consumo. Responsabilidade do fornecedor pelos atos de seus prepostos e ou representantes autônomos. Da publicidade e propaganda. Princípios. Publicidade enganosa e abusiva. Publicidade enganosa por omissão. Das práticas abusivas. Responsabilidade pessoal dos profissionais liberais. Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. Responsabilidade objetiva, responsabilidade solidária e direito de regresso. Excludentes do dever de indenizar. Direito Processual Civil: Da jurisdição: modalidades, poderes, princípios e órgãos. Da ação: natureza jurídica, condições, classificação. Da competência: territorial, objetiva e funcional. Modificação e conflito. Conexão e continência. Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. Pressupostos processuais e tipos de procedimentos. Prazos: classificação, princípios, contagem, preclusão e prescrição. Sujeitos do processo. Das partes e dos procuradores. Do Juiz, do Ministério Público e dos auxiliares da justiça. Dos atos processuais. Petição inicial. Requisitos. Pedidos: espécies, modificação e cumulação. Causa de pedir. Despacho liminar: objeto, natureza e conteúdo – positivo ou negativo. Da citação. Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Prova. Modalidades, princípios gerais, objeto, ônus e procedimentos. Da audiência. Da sentença: requisitos e publicação. Da coisa julgada: limites objetivos e subjetivos, coisa julgada formal e coisa julgada material. Recursos: Fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos e juízo de mérito. Apelação. Agravo de instrumento. Embargos infringentes, de divergência e de declaração. Recurso especial. Recurso extraordinário. Ação rescisória. Nulidades. Processo de execução. Pressupostos e princípios informativos. Espécies de execução. Embargos do devedor: natureza jurídica, cabimento e procedimento. Embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. Execução fiscal. Execução contra a Fazenda Pública. Processo e ação cautelares. Procedimento cautelar comum e procedimentos cautelares específicos. Normas e procedimentos dos juizados especiais cíveis. Da ação de usucapião de terras particulares. Ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo. Mandado de segurança. Ação monitória. Direito Agrário: Direito Agrário e política rural. Teoria geral do Direito Agrário. Formação histórica do Direito Agrário no Brasil. O Estatuto da Terra. Normas gerais de Direito Agrário. Legislação e doutrina agrária. Programa Nacional de Reforma Agrária. Execução e administração da Reforma Agrária. Desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Títulos da Dívida Agrária. Histórico e situação da propriedade territorial rural no Brasil. Bens públicos dominiais. Alienação e concessão de terras públicas. Regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação. Discriminação administrativa e judicial de terras. Arrecadação de imóvel abandonado. Legitimação de posse. Usucapião especial. Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e na faixa de fronteira. Colonização oficial e particular. Empresa rural. Módulo e fração mínima de parcelamento. Indivisibilidade. Sistema nacional de crédito rural. Títulos de crédito rural. Organização da vida rural: associativismo, cooperativismo e sindicalismo rural. Política nacional de cooperativismo. Regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Demarcação das terras das comunidades indígenas. Imóvel rural: conceito e classificação. Usucapião constitucional rural (art. 191 da CRFB e Lei 6.969, de 1981). Imposto Territorial Rural. Contratos agrários. Ética profissional.

SUBÁREA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, ELEITORAL E PROCESSO LEGISLATIVO

Direito Constitucional: Pluralismo ideológico, sociedade democrática e estado de direito. Do Estado liberal ao Estado social e intervencionista. Constitucionalismo e Constituição. Direito Constitucional. Poder Constituinte. Poder de emenda, reforma e revisão constitucional. Assembleia Nacional Constituinte e sua convocação. Hermenêutica constitucional. Estrutura e hierarquia do ordenamento jurídico. A ordem constitucional vigente. Constituição: conceito, objeto e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos políticos. Dos partidos políticos. Da organização do Estado. Da organização político-administrativa. Da união. Dos estados federados. Dos Municípios. Da intervenção do Estado no Município. Da administração pública. Disposições gerais. Dos servidores públicos. Da organização dos poderes no Estado. Do poder legislativo. Do processo legislativo. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Tribunal de Contas da União. Do Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. Do Poder Judiciário. Disposições gerais. Dos tribunais superiores. Do Supremo Tribunal Federal. Dos tribunais e juízes eleitorais e militares. Das funções essenciais à justiça. Do Ministério Público e da defensoria. Do controle da constitucionalidade: sistemas. Ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade. O controle de constitucionalidade das leis municipais. Do sistema tributário nacional. Dos princípios gerais. Das limitações do poder de tributar. Dos impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Da repartição das receitas tributárias. Atribuições privativas do Senado Federal. Do funcionamento como órgão judiciário. Das escolhas de autoridades. Da autorização para empréstimos, operações ou acordos externos. Da suspensão da vigência de leis ou decretos inconstitucionais. Comparecimento de ministro de Estado perante o Senado ou suas comissões. Comissões Parlamentares de Inquérito (Lei 1.579, de 1952). Requerimento

de informações. Crimes de responsabilidade (Lei 1.079, de 1950; Decreto-lei 201, de 1957, *et alii*; Lei 7.106, de 1983). Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo na atual Constituição. Mandado de injunção e inconstitucionalidade por omissão. Exame *in abstractu* da constitucionalidade de proposições legislativas: pressupostos constitucionais, legais e regimentais para sua tramitação. A ordem econômica e social na Constituição. Intervenção no domínio econômico. Monopólio. Concessão de serviço público. Exploração dos recursos minerais e potenciais energéticos. Regiões metropolitanas. Direitos constitucionais trabalhistas. Direito Administrativo: Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. Anulação e revogação. Prescrição. Improbidade administrativa. Lei 8.429, de 1992. Controle da administração pública. Controles administrativo, legislativo e judiciário. Domínio público. Bens públicos: classificação, administração e utilização. Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Contrato administrativo: conceito, peculiaridades, controle, formalização, execução e inexecução. Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e exigibilidade, procedimentos e modalidades. Contratos de concessão de serviços públicos. Agentes administrativos. Investidura e exercício da função pública. Direitos e deveres dos servidores públicos: regimes jurídicos. Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. Poderes da administração. Poder vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. O poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação provisória e limitação administrativa. Direito de construir e seu exercício. Loteamento e zoneamento. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. Princípios básicos da administração. Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder: sanções penais e civis. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. Concessão e autorização dos serviços públicos. Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Agências reguladoras. Desapropriação. Bens suscetíveis de desapropriação. Competência para decretar desapropriação. Desapropriação judicial por necessidade ou utilidade pública. Indenização e seu conceito legal. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse do imóvel desapropriado. Direito Eleitoral e Partidário: Código Eleitoral (Lei 4.737, de 1965, e respectivas atualizações). Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos juízes eleitorais. Das juntas eleitorais: composição e atribuições. Alistamento eleitoral. Ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Domicílio eleitoral. Registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade. Impugnação de registro de candidatos. Da votação. Atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Dos partidos políticos. Lei nº 9.096 de 1995. Do registro e funcionamento partidário. Da filiação partidária. Das finanças contabilidade dos partidos: prestação de contas. Do acesso gratuito ao rádio e à televisão: propaganda partidária. Da apuração. Da abertura e da contagem de votos perante as juntas eleitorais. Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos. Recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade, efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais. Fiscalização da propaganda eleitoral. Ação de impugnação de mandato eletivo. Investigação judicial eleitoral. Recurso sobre a diplomação. Crimes eleitorais: Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. Processo penal e eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Lei das Eleições (Lei 9.504, de 1997). Ética profissional.

SUBÁREA: DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Direito do Trabalho: Direito do trabalho: definição, fontes. Normas constitucionais, legislação consolidada e esparsa. Relação jurídica do trabalho: objeto, elementos, sujeitos, características. Deveres e direitos do empregado e do empregador. Política salarial. Legislação salarial e suas modificações recentes. Proteção legal do salário: isonomia, irredutibilidade, intangibilidade, irrenunciabilidade. Modos, época, lugar e prova de seu pagamento, equiparação salarial. Caracterização da relação de emprego: importância do assunto e critérios para a caracterização. Sujeitos da relação de emprego. O empregado: definição, trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais, temporários, intelectuais e altos empregados. Sujeitos da relação de emprego. Conceitos de empregador, empresa e estabelecimento. Solidariedade entre empresas. Sucessão de empregadores. Contrato de trabalho: definição, denominação, caracteres e morfologia. O contrato de trabalho e os contratos afins. Diferença entre contrato de trabalho e locação de serviços. Empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. Espécies de contrato de trabalho. Contrato por tempo determinado e por tempo indeterminado. Contrato de trabalho individual: renovação e consequências. Efeitos do contrato de trabalho. Obrigações do empregado. Pessoaalidade da prestação do trabalho. O poder hierárquico do empregador - diretivo e disciplinar. Remuneração. Distinção entre remuneração e salário. Caracteres do salário. Salário e indenização – adicionais. O princípio da igualdade de salário. Correção automática e reajustamento de salário. Formas de remuneração: classificação. Proteção ao salário: contra os abusos do empregador, contra os credores do empregador contra os credores do empregado. Duração do trabalho. Jornada de trabalho - duração e horário. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Trabalho em regime de revezamento. Repouso: Repouso intrajornadas e interjornadas. Repouso semanal e em feriados. Férias: natureza jurídica, período aquisitivo e concessão, duração, remuneração simples, dobrada e abono de férias. Alteração do contrato de trabalho. Alteração unilateral e bilateral. Transferência de função - o *jus variandi*. Promoção e rebaixamento. Remoção. Suspensão do contrato de

trabalho. Causas determinantes - espécies e efeitos. Suspensão para inquérito. Suspensão disciplinar. Terminação do contrato de trabalho. Causas. Rescisão do contrato por tempo indeterminado e por tempo determinado. Rescisão com ou sem justa causa. Homologação dos pedidos de demissão e dos recibos de quitação. Aviso prévio. Conceito e natureza jurídica. Prazos e efeitos. Despedida. A declaração de vontade do empregador: sua natureza e elementos. A indenização: conceito e fundamento jurídico. Justa causa. Força maior (*factum principis*). Estabilidade. Conceito, requisitos e exceções. Despedida de empregado estável. Falta grave. Readmissão e reintegração. Renúncia à estabilidade: homologação. A imunidade sindical. Despedida obstativa. Fundo de garantia por tempo de serviço: campo de aplicação, conceito e natureza jurídica das contribuições e saques. Acordo e convenção coletiva de trabalho: conceito, natureza jurídica, conteúdos, efeitos, extensão, forma e duração. Sindicatos. Natureza jurídica. Atribuições e prerrogativas. Garantias do exercício do mandato de representação sindical. Organização sindical brasileira. Sindicalização. Autonomia sindical. Unidade e pluralidade sindical. A negociação no campo sindical-trabalhista. Acordos e convenções coletivas de trabalho. O.I.T. A relação jurídica do trabalho no plano internacional. Direito de greve. Empregados e empregadores rurais. Participação de trabalhadores nos lucros das empresas. PIS/PASEP. Direito Processual do Trabalho: Organização judiciária do trabalho. A justiça do trabalho e sua jurisdição. Junta de conciliação e julgamento: composição, funcionamento, jurisdição e competência. Os juízos do direito. Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: funcionamento, jurisdição e competência. O Ministério Público do Trabalho. Corregedoria. Reclamação correcional. Procedimentos nos dissídios individuais: reclamação e inquérito. Audiência de conciliação, instrução e julgamento. Revelia, exceções, contestação e reconvenção. Partes e procuradores. Substituição processual na Justiça do Trabalho. Justiça gratuita. Homologações. Sentença de liquidação e impugnação. Procedimentos nos dissídios coletivos. Instauração de instância. Conciliação e julgamento. Extensão das decisões e revisão. Ação de cumprimento. Das provas no processo do trabalho. Interrogatórios: confissão e consequências. Documentos: oportunidade de juntada, incidente de falsidade. Prova técnica: sistemática da realização das perícias. Testemunhas: compromisso, impedimentos e consequências. Sentenças individual e coletiva. Súmula: enunciados pertinentes. Recursos no processo do trabalho. Disposições gerais. Efeitos suspensivo e devolutivo. Recursos no processo de cognição. Recursos no processo de execução. Direito Previdenciário: Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social. Seguridade Social: Origem e evolução legislativa no Brasil. Conceituação. Organização e princípios constitucionais. Legislação previdenciária. Conteúdo, fontes, autonomia. Aplicação das normas previdenciárias. Vigência, hierarquia, interpretação e integração. Orientação dos tribunais superiores. Regime Geral de Previdência Social. Segurados obrigatórios. Filiação e inscrição. Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, trabalhador autônomo, equiparado a trabalhador autônomo, trabalhador avulso e segurado especial. Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição. Trabalhadores excluídos do Regime Geral. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. Financiamento da seguridade social. Receitas da União. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes. Salário de contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. Limites mínimo e máximo. Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão. Proporcionalidade. Reajustamento. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. Competência do INSS e da Secretaria da Receita Federal. Obrigações da empresa e demais contribuintes. Prazo de recolhimento. Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária. Obrigações acessórias. Exame da contabilidade. Prerrogativa do INSS. Inscrição de ofício. Aferição indireta. Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características. Aplicação na construção civil, na cessão de mão de obra e em grupo econômico. Notificação fiscal de lançamento de débito. Parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social. Decadência e prescrição. Restituição e compensação de contribuições. Isenção de contribuições: requisitos, manutenção e perda. Matrícula da empresa. Prova de inexistência de débito. Crimes contra a seguridade social. Infrações à legislação previdenciária. Recurso das decisões administrativas. Dívida ativa: inscrição e execução judicial. Plano de Benefícios da Previdência Social: beneficiários, espécies de prestações, benefícios, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário de benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios. Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado. Organização e administração dos subsistemas de previdência e assistência social no nível federal: estrutura dos ministérios e órgãos vinculados. Principais funções, programas e projetos. A questão do equilíbrio financeiro da Previdência Social. Dívida da União. Problemas estruturais da Previdência Social. Processo administrativo previdenciário. Acordos externos de previdência social. Previdência privada fechada e aberta: legislação e aspectos administrativos e operacionais. Legislação acidentária. Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). Previdência Social em perspectiva comparada: os principais modelos de previdência social do mundo ocidental. Exercício profissional e regulamentação. Autarquias profissionais. Ética profissional.

SUBÁREA: DIREITO ECONÔMICO E REGULAÇÃO, DIREITO EMPRESARIAL E DO CONSUMIDOR

Direito Econômico: Direito econômico: conceito, objeto e competência legislativa. Ordem econômica: princípios constitucionais. A livre concorrência. Apropriação privada dos meios de produção. Jazidas em lavra ou não. Recursos minerais. Propriedade. Exploração e aproveitamento. Autorização e concessão. Limites. Interesse nacional. Intervenção estatal no domínio econômico: competência. O Código de Defesa do Consumidor.

Princípios especiais estabelecidos na Lei nº 8.078, de 1990. Consumidor: conceito e espécies. Empresas estatais prestadoras de serviços públicos e seu regime jurídico. Liberdade de iniciativa econômica: limitações e condicionamentos. Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Natureza jurídica. Propósitos, princípios e instrumentos. Soluções de controvérsias entre Estados partes. A proteção à saúde e à segurança do consumidor. A responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto. A decadência e a prescrição aplicadas às relações de consumo. Atuação estatal na economia em regime de monopólio. Empresas estatais exploradoras de atividade econômica e seu regime jurídico. Abuso do poder econômico. Eliminação de concorrência. Procedimentos administrativos. Prevenção. Domínio de mercados. Aumento arbitrário de preços. Instrumentos de repressão. Processo e procedimentos administrativos. Lei antitruste. A atuação do Ministério Público Federal perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e perante a Secretaria de Direito Econômico (SDE). Atribuições do Cade e da SDE. Fusão, incorporação, integração e outras formas de concentração de empresas: limites e requisitos. O liberalismo econômico e o Estado intervencionista. Práticas comerciais restritivas. Colusão ou acordo de cartelização. Cartéis internos. Os deveres do fornecedor. A responsabilidade solidária dos causadores do dano. Os direitos do consumidor na prestação de serviços públicos. O Estado como agente normativo e regulador de atividade econômica. Concentração econômica. Monopólios privados, oligopólios e trustes. Direito penal econômico. Lei da "Lavagem" de Dinheiro (Lei 9.613, de 1998). Crimes contra o sistema financeiro. Direito Empresarial: A empresa, o empresário e o estabelecimento comercial. Nome comercial. Marcas de indústrias, comércio e serviço. Expressões e sinais de propaganda. Propriedade industrial e intelectual (Leis 5.772, de 1971, e 9.279, de 1996, e respectivas atualizações). Sociedades comerciais: conceito, ato constitutivo, personalidade jurídica, contrato social, tipos de sociedade de pessoas, direitos e deveres dos sócios, administração e gerência. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Sociedade por ações. Contratos comerciais: compra e venda mercantil, alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil, concessão e representação comercial, franquia e contratos bancários e cartões de crédito. Comércio eletrônico. Consórcios para aquisição de bens. Direito Bancário, sistema financeiro nacional. Direito Securitário. Títulos de crédito: conceito, características e classificação. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Outros títulos. O Código de Defesa do Consumidor. Princípios gerais. Campo de aplicação. Responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço. Responsabilidade por vício do produto ou do serviço. Desconsideração da personalidade jurídica. Inversão do ônus da prova. Proteção contratual. Concordata: Conceitos e tipos de concordata. Concordata preventiva: requisitos, cumprimento e desistência. Consequências do não cumprimento. Falência. Caracterização e requerimento. Autofalência. Universalidade do Juízo. Massa falida. Classificação dos créditos na falência. Concordata suspensiva. Realização do ativo. Reabilitação do falido. Intervenção e liquidação extrajudicial. Ética profissional.

SUBÁREA: DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E PENITENCIÁRIO

Direito Penal: Da aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e da anterioridade. A lei penal no tempo e no espaço. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade e culpabilidade. Superveniência de causa independente. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Erro de tipo. Erro de proibição. Erro sobre a pessoa. Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas excludentes da ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Do concurso de crimes. Das penas: espécies, cominação e aplicação. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Efeitos da condenação e da reabilitação. Das medidas de segurança. Das medidas socioeducativas (Lei 8.069 de 1990). Da ação penal pública e privada. Da extinção da punibilidade. Da execução das penas em espécie: penas privativas de liberdade, regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução. Dos crimes contra a vida. Das lesões corporais. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a liberdade sexual. Da sedução e da corrupção de menores. Do crime organizado (Lei 9.034, de 1995). Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes de imprensa. Dos crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898, de 1965). Do tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei 6.368, de 1976). Dos crimes hediondos (Lei 8.072, de 1990 e Lei 8.930, de 1994). Dos crimes de tortura (Lei 9.455, de 1997). Dos Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei 8.069, de 1990). Dos crimes contra as finanças públicas (Lei 10.028, de 2000, que alterou o Código Penal). Dos crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137, de 1990 e Lei 9.249, de 1995). Dos crimes contra o sistema financeiro (Lei 7.492, de 1986 e Lei 9.080, de 1995). Da lavagem de dinheiro (Lei 9.613, de 1998). Dos crimes contra o meio ambiente (Lei 9.605, de 1998). Do ato infracional. Segurança e defesa interna. A doutrina e o direito da segurança nacional. Medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. Intervenção federal nos estados. Segurança pública e seus órgãos institucionais. Polícia federal, marítima, aérea e de fronteiras, rodoviária, ferroviária e portuária. Polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar. Direito Processual Penal e Penitenciário: Princípios gerais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Sujeitos da relação processual. Inquérito policial. Ação penal. Condições e pressupostos processuais. Ação penal pública. Titularidade e condições de procedibilidade. Denúncia: forma, conteúdo, recebimento e rejeição. Ação penal privada. Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. Ação Civil. Jurisdição. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência. Efeitos. Das questões e processos incidentes. Prova. Princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais e sistemas de apreciação. Do Juiz, do Ministério Público,

do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Dos atos processuais. Atos das partes, dos juizes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. Dos prazos: características, princípios e contagem. Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Da coisa julgada. Procedimento comum. Procedimento dos juizados especiais criminais (Lei 9.099, de 1995). Procedimento do júri. Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades. Da revisão criminal. Das exceções. Do habeas corpus. Do desaforamento. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Do processo e do julgamento dos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Interceptação telefônica (Lei 9.296, de 1996). Lei de execução penal (Lei 7.210, de 1984). Ética profissional.

SUBÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

Direito Tributário: O Estado e o poder de tributar. Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. Imunidade, isenção e não incidência. Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa. Limitações da competência tributária. Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. Fundos de participação. Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Incidência, não incidência, imunidade, isenção e diferimento. Legislação tributária: Conceitos. Lei ordinária e lei complementar. Medida provisória. Resolução do Senado. Tratados e convenções internacionais. Convênios do Confaz. Decretos e regulamentos. Regras de vigência, aplicação, interpretação e integração. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento. Modalidades. Garantias e privilégios do crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Empréstimos compulsórios. Pedágio. Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos. Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. Certidões negativas. Classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. Tributação internacional. Acordos para evitar a dupla tributação. Aspectos tributários da OMC, Mercosul, Aladi e Alca. Incentivos fiscais. Legislação. Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. Evasão e elisão tributárias. Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômico e jurídico. Finalidades. Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, Lei 4.320, de 1964, e suas alterações. Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. Dívida ativa da União, de origem tributária e não tributária. Certidão negativa. Administração tributária. Secretaria da Receita Federal. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Fiscalização. Arrecadação. Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. Processo Judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança. Ações de controle de constitucionalidade: direta de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade. Ação popular. Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. Sanção administrativa e sanção penal. Responsabilidade penal. Sanções pessoais e patrimoniais. Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (SIMPLES: Lei 9.317, de 1996). Orçamento Público e Finanças: Orçamento público: elaboração, acompanhamento, fiscalização, créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano Plurianual: noções gerais. Projeto de lei orçamentária anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público: normas legais aplicáveis. Receita pública: categorias, fontes, estágios e dívida ativa. Despesa pública: categorias e estágios. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis. Ética profissional.

SUBÁREA: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Sistemas políticos: Poder e dominação. Teorias da democracia. Representação política. Sistemas de governo e separação de poderes: eleições, partidos e grupos de pressão. Poder Legislativo. Doutrinas Políticas. Política Brasileira. Sistemas partidários. Modos de representação. Legislação eleitoral. Reformas políticas. Regimes políticos. Desigualdade social e exclusão. Estrutura e organização sociais. Grupos sociais, estratificação social,

classes sociais, integração, conflito e controle social. Desigualdade, pobreza e exclusão sociais. Violência urbana. Ação coletiva e novos atores sociais. Movimentos sociais: participação, mobilidade social e mudança social. Políticas sociais. Políticas de inclusão social. Redes de proteção social. Assistência social. Direitos da cidadania. Evolução histórica e classificação contemporânea do conceito de direitos humanos. Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Direito à solidariedade, ao meio ambiente equilibrado direito, ao desenvolvimento, à paz e à vida livre de violência. Direitos sexuais e reprodutivos. Documentos básicos de promoção e proteção dos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pactos e convenções internacionais. Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. Convenção Americana e respectivos protocolos adicionais. Convenções interamericanas. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Programa Nacional de Direitos Humanos. Estrutura, funcionamento e perspectivas do sistema de proteção dos direitos humanos. Alto comissariado da ONU, mecanismos convencionais e extraconvencionais. Corte Internacional de Justiça. Comissão e Corte Interamericanas. Secretaria Nacional e Comissão da Câmara dos Deputados. Papel das organizações não governamentais. Direitos humanos, democracia e soberania. Incorporação das normas internacionais. Diversidade cultural. Relativização dos direitos. Estado de guerra, de sítio e de emergência. Intervenção internacional. Intervenção humanitária. Do sujeito universal à diversidade dos sujeitos dos direitos humanos: mulheres, estrangeiros, refugiados, indígenas, pessoas deslocadas internamente, trabalhadores migrantes, negros, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, pessoas portadoras de deficiência, portadores do vírus HIV, dependentes químicos, presidiários e necessitados de acesso à justiça. Incorporação da perspectiva de gênero. Direitos das pessoas pertencentes a segmentos vulneráveis. Conceito de minorias. Igualdade na diversidade. Discriminação, genocídio, xenofobia, racismo, limpeza étnica e outras formas de intolerância. Desculturação, assimilação e preservação cultural. Ação afirmativa. Educação para os direitos humanos. Evolução histórica da proteção aos direitos da infância e da adolescência. Do paradigma da situação irregular ao paradigma da proteção integral. Regras de Beijin, Diretrizes de Riad e regras mínimas das Nações Unidas para proteção dos jovens privados de liberdade. Inimputabilidade penal. Estatuto da Criança e do Adolescente. Adoção nacional e internacional. Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e legislação correlata. Política Nacional do Idoso e legislação correlata. Lei 9.100, de 1995. Lei 9.263, de 1996. Ética profissional.

SUBÁREA: ECONOMIA DO TRABALHO, RENDA E PREVIDÊNCIA

Noções gerais de teoria econômica. Problemas básicos da organização econômica. O mecanismo do mercado. Análise da oferta e da procura. Mercado concorrencial. Concorrência imperfeita. Monopólio e oligopólio. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". Instrumentos de política governamental. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. Medidas do desempenho econômico. Consumo e investimento. Teoria da procura agregada. Modelo básico do multiplicador. Modelo IS-LM. Economia do lado da oferta. Macroeconomia Keynesiana. A visão monetarista. Expectativas racionais em macroeconomia. Orçamento e política fiscal. Balanço de pagamentos. Fontes de inflação. Banco Central e política monetária. Noções gerais de economia brasileira. Formação econômica do Brasil. Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. O endividamento externo brasileiro. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. Noções gerais acerca de competências privativas. Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CRFB, art. 49, I). Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal 78, de 1998, e 96, de 1989). Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado Federal 50, de 1993. Salários e mercado de trabalho. Sindicatos e negociação coletiva: reflexos econômicos. Taxa natural de desemprego. Relações de fixação de salários e de preços *versus* a oferta e demanda de trabalho. A lei de Okun. Rigidez do mercado de trabalho: flexibilização da legislação trabalhista. A evolução do salário mínimo no Brasil: causas e consequências. Progresso tecnológico e efeitos distributivos. Produtividade e taxa natural de desemprego. Globalização e efeitos sobre o nível de emprego. Emprego *versus* subemprego. Salário e distribuição de renda. Reforma da previdência no Brasil. Atual sistema previdenciário. Previdência privada *versus* previdência pública. Fundos de pensão. Sistemas de previdência social. Repartição e capitalização. Efeitos econômicos. Bolsa de valores e mercado acionário. Ética profissional.

SUBÁREA: ECONOMIA REGIONAL E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Noções gerais de teoria econômica. Problemas básicos da organização econômica. O mecanismo do mercado.

Análise da oferta e da procura. Mercado concorrencial. Concorrência imperfeita. Monopólio e oligopólio. Equilíbrio geral e teoria da “mão invisível”. Instrumentos de política governamental. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. Medidas do desempenho econômico. Consumo e investimento. Teoria da procura agregada. Modelo básico do multiplicador. Modelo IS-LM. Economia do lado da oferta. Macroeconomia Keynesiana. A visão monetarista. Expectativas racionais em macroeconomia. Orçamento e política fiscal. Balanço de pagamentos. Fontes de inflação. Banco Central e política monetária. Noções gerais de economia brasileira. Formação econômica do Brasil. Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). As “reformas” empreendidas após 1964 no campo econômico. O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. Os “planos econômicos” dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. A crise de 1997 dos “tigres asiáticos” e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. O endividamento externo brasileiro. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. Noções gerais acerca de competências privativas. Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CRFB, art. 49, I). Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal 78, de 1998, e 96, de 1989). Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado Federal 50, de 1993. Atual estrutura da concentração industrial brasileira. Políticas públicas de desenvolvimento regional: indústria e agricultura. As experiências do modelo Sudene-Sudam-Sudeco. Políticas fiscais localizadas. Instrumentos para o desenvolvimento regional. “Guerra fiscal” entre os entes da federação: instrumentos tributários e não tributários. Globalização: oportunidade para o desenvolvimento regional. Produtividade econômica das diversas regiões brasileiras. Infraestrutura e desenvolvimento regional. Fluxos migratórios e seus impactos sobre a economia regional e nacional. Desenvolvimento regional e investimentos sociais. Índices e indicadores de desenvolvimento utilizados no Brasil e no mundo. Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). Política urbana. Elementos de direito urbanístico. Função social da propriedade. Plano diretor de desenvolvimento urbano. Instrumentos de política e gestão urbana. Desapropriação e servidão. Conceito de solo criado. Operações urbanas. Políticas de habitação, saneamento e transporte urbano. Mecanismos de financiamento. Competência dos entes federativos. Lei 10.257, de 2001. Ética profissional.

SUBÁREA: EDUCAÇÃO

Educação: Aspectos filosóficos, históricos e sociológicos da educação. Normas federais sobre educação. Níveis e modalidades de ensino – estrutura e funcionamento. Educação infantil. Ensino fundamental. Ensino médio. Educação de jovens e adultos. Educação superior. Educação profissional. Educação especial. Educação indígena. Educação a distância. Planejamento e estatísticas educacionais. O Plano Nacional de Educação. Políticas de avaliação educacional. Financiamento da educação. Princípios de educação comparada. Educação no contexto da modernidade. Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios. Ética profissional.

SUBÁREA: MEIO AMBIENTE

Meio ambiente: Arcabouço jurídico e constitucional. Legislação ambiental brasileira com ênfase no Código Florestal e suas alterações (Lei 4.771, de 1965). Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981). Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347, de 1985). Lei de Biossegurança (Lei 8.974, de 1995). Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997). Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998). Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985, de 2000). Medida Provisória que regulamenta o acesso a recursos genéticos. Panorama institucional. Atribuições, competências e atuação normativa dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e dos demais órgãos da administração pública federal que atuam na área ambiental – pesca, águas, florestas, diversidade biológica, biotecnologia, mudanças climáticas etc.. Controle, fiscalização e gestão ambiental. Licenciamento: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Zoneamento ecológico-econômico (ZEE). Auditoria ambiental. Princípios de economia ecológica. Aspectos técnicos e jurídicos de temas como tratamento e gestão dos resíduos sólidos, padronização e certificação ambiental, planos de manejo florestal, poluição em suas diversas formas e meios, biotecnologia, diversidade biológica, alteração climática global. Principais ecossistemas e seus problemas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Questões ambientais brasileiras. As relações entre a área ambiental e outros setores: agricultura, energia, mineração, indústria, transportes, saneamento, saúde. Conflitos entre os principais atores e forças no cenário nacional: grupos econômicos, sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), instituições de ensino superior e institutos de pesquisa. Questões ambientais globais: mudanças climáticas, diversidade biológica, florestas, desertificação, Agenda 21. Acordos internacionais: aspectos técnicos e políticos, posições brasileiras e dos principais atores,

situação das negociações. Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios. Ética profissional.

SUBÁREA: MINAS E ENERGIA

Noções gerais de teoria econômica. Problemas básicos da organização econômica. O mecanismo do mercado. Análise da oferta e da procura. Mercado concorrencial. Concorrência imperfeita. Monopólio e oligopólio. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". Instrumentos de política governamental. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. Medidas do desempenho econômico. Consumo e investimento. Teoria da procura agregada. Modelo básico do multiplicador. Modelo IS-LM. Economia do lado da oferta. Macroeconomia Keynesiana. A visão monetarista. Expectativas racionais em macroeconomia. Orçamento e política fiscal. O Balanço de pagamentos. Fontes de inflação. Banco Central e política monetária. Noções gerais de economia brasileira. Formação econômica do Brasil. Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. O endividamento externo brasileiro. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. Noções gerais acerca de competências privativas: Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal 78, de 1998, e 96, de 1989). Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado Federal 50, de 1993. Padrão energético brasileiro. Atual estrutura do sistema energético brasileiro. Utilização do gás natural e do petróleo na matriz energética brasileira. A utilização da hidroeletricidade no Brasil. Evolução histórica da exploração mineral e da produção e uso da energia no Brasil. Modelo de privatização. Agências reguladoras. Leis de regulamentação. Leis de concessão de serviços públicos. Perspectivas futuras. Crise energética e interface com a economia. Políticas alternativas. Definição de tarifas e níveis de investimento. Investimento externo em minas e energia: estrutura, impacto e perspectivas. Impacto do investimento externo no balanço de pagamentos. Produção nacional de petróleo. Definição do preço de petróleo e seu impacto na economia. A dependência energética brasileira - o padrão de uso de recursos energéticos importados no Brasil. A questão estratégica da água. Ética profissional.

SUBÁREA: POLÍTICA ECONÔMICA E FINANÇAS PÚBLICAS

Política Econômica: Noções gerais de teoria econômica. Problemas básicos da organização econômica. O mecanismo do mercado. Análise da oferta e da procura. Mercado concorrencial. Concorrência imperfeita. Monopólio e oligopólio. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". Instrumentos de política governamental. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. Medidas do desempenho econômico. Consumo e investimento. Teoria da procura agregada. Modelo básico do multiplicador. Modelo IS-LM. Economia do lado da oferta. Macroeconomia Keynesiana. A visão monetarista. Expectativas racionais em macroeconomia. Orçamento e política fiscal. Balanço de pagamentos. Fontes de inflação. Banco Central e política monetária. Noções gerais de economia brasileira. Formação econômica do Brasil. Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. O endividamento externo brasileiro. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. Noções gerais acerca de competências privativas. Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CRFB, art. 49, I). Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal 78, de 1998, e 96, de 1989). Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado Federal 50, de 1993. A abertura dos mercados de bens e financeiro. Oferta agregada e demanda agregada. Inflação, produto e desemprego. Expansão monetária, inflação e taxa de juros. Curva de Phillips. Taxas de câmbio fixas e desvalorizações. Déficit

e senhoriação. Interações entre produto e capital. Capital físico *versus* capital humano. Determinantes do progresso tecnológico. Progresso tecnológico e taxa de crescimento. Restrição orçamentária do governo. Estabilização do produto e o déficit com ajuste cíclico. Volatilidade do consumo e do investimento. Produto de equilíbrio e balança comercial. Tributação: formas de tributação e impactos na receita de variações nestas formas. Impostos e eficiência. Atual sistema tributário. Teoria da escolha pública. Escolha pública e externalidades. Financiamento público. O orçamento público e suas inter-relações. Déficit público: sua conceituação e evolução recente. Padrões de intervenção do Estado no Brasil: política salarial e distributiva. Política cambial e seus reflexos no setor privado. Gasto público: seus aspectos monetários e financeiros. O Mercado interno e controle de preços. Formação de monopólios e oligopólios. Defesa do consumidor. Impactos da globalização sobre a gestão das políticas monetárias e cambiais. Sistema Financeiro: A estrutura financeira brasileira. A reforma de 1964. Banco Central. O conceito de autoridades monetárias: implicações e críticas. Bancos comerciais. Bancos múltiplos. Bancos estaduais: auge e declínio. Bancos de desenvolvimento: Caixas Econômicas. Sistema Financeiro da Habitação (SFH): instituições, funções e desempenho recente. Sistema Financeiro Imobiliário (SFI): legislação e funcionamento. PROER e PROES. Regime cambial e impacto sobre o sistema financeiro. As consequências da globalização sobre o sistema financeiro nacional. Sistemas de consórcio e sorteio. As implicações do sistema de consórcio no mercado de bens de consumo duráveis. Loterias e concursos de prognósticos: destinação do produto de sua arrecadação e legislação pertinente. Sistema de seguros privados e capitalização: administração, instituições, fiscalização e legislação e atos normativos que disciplinam as suas atividades. Mercado financeiro e de capitais. Bolsas de valores. Mercado futuro: importância, estrutura e funcionamento da BM&F. Sistema especial de liquidação e custódia. Comissão de Valores Mobiliários: competência e atribuições. Mercado de títulos públicos. Dívida pública interna e externa. A captação de empréstimos e financiamentos: fontes e mecanismos internos de captação, bem como suas consequências. Orçamento Público e Finanças: Orçamento público: elaboração, acompanhamento, fiscalização, créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano Plurianual: noções gerais. Projeto de lei orçamentária anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público: normas legais aplicáveis. Receita pública: categorias, fontes, estágios e dívida ativa. Despesa pública: categorias e estágios. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis. Ética profissional.

SUBÁREA: POLÍTICA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO

Política Econômica: Noções gerais de teoria econômica. Problemas básicos da organização econômica. O mecanismo do mercado. Análise da oferta e da procura. Mercado concorrencial. Concorrência imperfeita. Monopólio e oligopólio. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". Instrumentos de política governamental. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. Medidas do desempenho econômico. Consumo e investimento. Teoria da procura agregada. Modelo básico do multiplicador. Modelo IS-LM. Economia do lado da oferta. Macroeconomia Keynesiana. A visão monetarista. Expectativas racionais em macroeconomia. Orçamento e política fiscal. Balanço de pagamentos. Fontes de inflação. Banco Central e política monetária. Noções gerais de economia brasileira. Formação econômica do Brasil. Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. O endividamento externo brasileiro. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. Noções gerais acerca de competências privativas. Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CRFB, art. 49, I). Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal 78, de 1998, e 96, de 1989). Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado Federal 50, de 1993. A abertura dos mercados de bens e financeiro. Oferta agregada e demanda agregada. Inflação, produto e desemprego. Expansão monetária, inflação e taxa de juros. Curva de Phillips. Taxas de câmbio fixas e desvalorizações. Déficit e senhoriação. Interações entre produto e capital. Capital físico *versus* capital humano. Determinantes do progresso tecnológico. Progresso tecnológico e taxa de crescimento. Restrição orçamentária do governo. Estabilização do produto e o déficit com ajuste cíclico. Volatilidade do consumo e do investimento. Produto de equilíbrio e balança comercial. Tributação: formas de tributação e impactos na receita de variações nestas formas. Impostos e eficiência. Atual sistema tributário. Teoria da escolha pública. Escolha pública e externalidades. Financiamento público. O orçamento público e suas inter-relações. Déficit público: sua conceituação e evolução

recente. Padrões de intervenção do Estado no Brasil: política salarial e distributiva. Política cambial e seus reflexos no setor privado. Gasto público: seus aspectos monetários e financeiros. O Mercado interno e controle de preços. Formação de monopólios e oligopólios. Defesa do consumidor. Impactos da globalização sobre a gestão das políticas monetárias e cambiais. Sistema Financeiro: A estrutura financeira brasileira. A reforma de 1964. Banco Central. O conceito de autoridades monetárias: implicações e críticas. Bancos comerciais. Bancos múltiplos. Bancos estaduais: auge e declínio. Bancos de desenvolvimento: Caixas Econômicas. Sistema Financeiro da Habitação (SFH): instituições, funções e desempenho recente. Sistema Financeiro Imobiliário (SFI): legislação e funcionamento. PROER e PROES. Regime cambial e impacto sobre o sistema financeiro. As consequências da globalização sobre o sistema financeiro nacional. Sistemas de consórcio e sorteio. As implicações do sistema de consórcio no mercado de bens de consumo duráveis. Loterias e concursos de prognósticos: destinação do produto de sua arrecadação e legislação pertinente. Sistema de seguros privados e capitalização: administração, instituições, fiscalização e legislação e atos normativos que disciplinam as suas atividades. Mercado financeiro e de capitais. Bolsas de valores. Mercado futuro: importância, estrutura e funcionamento da BM&F. Sistema especial de liquidação e custódia. Comissão de Valores Mobiliários: competência e atribuições. Mercado de títulos públicos. Dívida pública interna e externa. A captação de empréstimos e financiamentos: fontes e mecanismos internos de captação, bem como suas consequências. Ética profissional.

SUBÁREA: POLÍTICAS MICROECONÔMICAS

Noções gerais de teoria econômica. Problemas básicos da organização econômica. O mecanismo do mercado. Análise da oferta e da procura. Mercado concorrencial. Concorrência imperfeita. Monopólio e oligopólio. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". Instrumentos de política governamental. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. Medidas do desempenho econômico. Consumo e investimento. Teoria da procura agregada. Modelo básico do multiplicador. Modelo IS-LM. Economia do lado da oferta. Macroeconomia Keynesiana. A visão monetarista. Expectativas racionais em macroeconomia. Orçamento e política fiscal. Balanço de pagamentos. Fontes de inflação. Banco Central e política monetária. Noções gerais de economia brasileira. Formação econômica do Brasil. Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. O endividamento externo brasileiro. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. Noções gerais acerca de competências privativas. Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CRFB, art. 49, I). Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal 78, de 1998, e 96, de 1989). Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado Federal 50, de 1993. Ética profissional.

SUBÁREA: PRONUNCIAMENTOS

Linhas gerais da história mundial e brasileira. Linhas gerais da geografia geral e do Brasil. Aspectos marcantes da agenda contemporânea, tais como: educação, saúde, segurança, comunicação, sociedade da informação, recursos energéticos, recursos agrícolas, economia, divisão internacional do trabalho, relações internacionais, meio ambiente, cultura, ciência, tecnologia e desenvolvimento. Sistema de poder mundial: guerra fria e bipolaridade, o fim da URSS e o novo cenário internacional, multilateralismo, a ONU em um mundo em mudança. Ciência política. Noções fundamentais de Direito: aspectos conceituais, princípios, áreas e terminologia. História das ideias. Literatura brasileira e estrangeira. Gêneros literários em prosa e em verso. Principais expoentes e obras da literatura de expressão em Língua Portuguesa dos séculos XIX e XX. Principais obras do cânone ocidental dos séculos XIX e XX. Semântica do texto. Retórica e teoria da argumentação. Atualidades brasileira e mundial. Ética profissional.

SUBÁREA: SAÚDE

Transição demográfica e epidemiológica. Evolução histórica do perfil demográfico nosológico da população brasileira. Perfil demográfico atual da população brasileira. Os resultados do Censo de 2000. Principais indicadores demográficos e sua evolução histórica— fertilidade, natalidade, mortalidade, esperança de vida ao nascer. Perfil nosológico atual da população brasileira. Principais indicadores de saúde e sua evolução histórica – mortalidade geral, mortalidade infantil, mortalidade materna, morbidade, indicadores de oferta de serviços de saúde. Principais causas de óbito. Doenças, condições de saúde e danos à saúde de interesse sanitário no

momento atual. Importância do processo migratório para a saúde. A saúde das novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e na Amazônia. A saúde nas periferias das grandes metrópoles. A Saúde no contexto da Seguridade Social. O capítulo II da Constituição Federal: Da Seguridade Social. O Título VIII da Constituição Federal: Da Ordem Social. Crítica à implosão do sistema de seguridade social e suas repercussões para o financiamento do setor saúde. A Emenda Constitucional 29 de 2000 e o financiamento do setor saúde. Estrutura e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei Orgânica da Saúde – Lei 8.080, de 1990. Lei 8.142, de 1990. As normas operacionais básicas de 1993 e 1996 e o processo de descentralização. Instâncias de deliberação e pactuação. A Norma Operacional da Assistência à Saúde de 2001. Participação comunitária e controle social. Conselhos e conferências de saúde. Saúde complementar. O mercado de serviços privados de saúde no Brasil e sua evolução. Planos e seguros privados de saúde e sua regulamentação. A Lei 9.656, de 1998, e a Medida Provisória 2.097, de 2001. Assistência farmacêutica e política de medicamentos. O setor farmacêutico e o mercado de medicamentos no Brasil: evolução histórica. Lei de Patentes. O acesso ao medicamento e a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde. Medicamentos genéricos. Controle de doenças. A situação de controle, as tendências epidemiológicas das principais doenças de interesse sanitário na atualidade nacional e o estado da arte das respectivas tecnologias de controle – doenças cardiovasculares, câncer, outras doenças crônicas e degenerativas (hipertensão arterial, diabetes, obesidade, doenças mentais), doenças infecciosas (malária, febre amarela, dengue, tuberculose, aids, hepatite), trauma, acidentes e causas externas, as doenças redutíveis por imunização. Saneamento: controle de vetores de interesse sanitário e controle da poluição. Vigilância epidemiológica e sistemas de informação (SIM, Sinan, Sinac, Data-SUS). Vigilância Sanitária. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: estrutura, funcionamento e competências. Decreto-lei 986, de 1969. Lei 5.991, de 1973. Lei 6.360, de 1976. Lei 6.437, de 1977. Lei 9.782, de 1999. Lei 6.360, de 1999. Medida Provisória 2.134, de 2001. Política nacional de sangue. Lei 10.205, de 2001. Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados. Abastecimento de sangue e hemoderivados. Medicina do trabalho. Acidentes de trabalho. Doenças profissionais. LER/Dort. Capítulo V da CLT: Da Segurança e da Medicina do Trabalho. Drogas. Uso de drogas como problema de saúde pública. Situação, tendências e estratégias de controle. A Lei de Entorpecentes e sua revisão. Tabagismo e alcoolismo. A regulamentação da publicidade de tabaco, bebidas alcoólicas e medicamentos. Lei 9.294, de 1996. Lei 10.167, de 2000. Importância epidemiológica do uso injetável de drogas e projetos de redução de danos. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Saúde da criança. Assistência e humanização do parto. Aleitamento materno. Programa de Redução da Mortalidade Infantil. Gravidez na adolescência. Saúde da mulher. Saúde do idoso. Saúde das populações indígenas. Saúde das populações em assentamentos e acampamentos rurais. Saúde das populações em situação de rua. Saúde oral. Fluoretação da água de abastecimento público e prevenção da cárie. Situação do controle e estado da arte da tecnologia de controle dos principais problemas atuais de saúde bucal no país. Indicadores epidemiológicos de saúde bucal. CPOD. Organização da assistência odontológica. Recursos humanos para a saúde. Principais problemas atuais do ensino médico e da formação de profissionais de saúde. O mercado de trabalho em saúde. Agentes comunitários de saúde: perfil, formação, situação funcional e trabalhista. Regulamentação de profissões de saúde. Bioética. Lei 9.434, de 1997, sobre a doação e transplantes de órgãos. Eutanásia. Reprodução assistida e clonagem. Lei 9.263, de 1996, sobre o planejamento familiar. Abortamento provocado. Racionalidades médicas. A prática e a regulamentação da homeopatia, da acupuntura e de outras racionalidades médicas não hegemônicas. Ato médico. Fiscalização do exercício profissional e papel dos conselhos de fiscalização e ética. O usuário de serviços e produtos de saúde como consumidor. Código de Defesa do Consumidor. Os direitos do paciente. Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios. Ética profissional.

SUBÁREA: TRANSPORTES

O transporte na estrutura governamental. Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios. Papel do Estado e participação da iniciativa privada no setor de transportes. Economia de Regulação. Conceito e concessão de serviços públicos. Licitação competitiva. Avaliação de desempenho de concessões de serviços públicos. Tarifas e precificação competitiva aplicada às concessões de serviços públicos. Agências reguladoras. Privatização. Legislação de transportes e de serviços públicos concedidos. A constituição federal e os transportes urbanos. Legislação federal referente aos transportes urbanos. Legislação de concessão de serviços públicos (Leis 8.987, de 1995, 9.074, de 1995, e 9.648, de 1998). Direitos do consumidor. Defesa de concorrência. O contrato de transporte. Responsabilidade civil do transportador. Mecanismos de financiamento. Fundos específicos e vinculação de recursos. Políticas e modelos tarifários. Pedágio. *Project finance* aplicado ao financiamento da infraestrutura de transportes. Reestruturação do setor. Agências reguladoras. Modelos de exploração da infraestrutura e dos serviços de transportes. Privatização. Sistema nacional de viação. Subsistemas modais: rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário. Segmentos de carga e passageiros. Componentes físicos: infraestrutura viária, terminais e instalações complementares. Características operacionais. Principais corredores de transporte. Repartição modal. Multimodalidade. Aspectos tecnológicos dos sistemas de transportes: veículos, equipamentos de sinalização e controle, automação de procedimentos. Interfaces: transporte e energia. Transporte e meio ambiente. Transporte e política urbana e regional. Sistema Nacional de Trânsito. Órgãos intervenientes e suas vinculações, funções e competências. Código de trânsito brasileiro e normas complementares. Aspectos tecnológicos do controle e da segurança do trânsito. Ética profissional.

ÁREA: CONSULTORIA E ACESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS

ESPECIALIDADE: ACESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS

Direito Financeiro e Administração Financeira e Orçamentária Pública: O orçamento público: história, evolução e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Receita pública: conceito, classificações, estágios, tributos, contribuições sociais, dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificações, estágios. Orçamento tradicional, orçamento-programa e orçamento base-zero: conceitos, técnicas, vantagens, limitações, processo decisório. O ciclo orçamentário ampliado. PPA, LDO e LOA. Planejamento governamental e orçamento público: visão histórica e contemporânea. Planejamento na Constituição vigente. Integração planejamento-orçamento. Plano Plurianual. Caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. O PPA. A Lei de Diretrizes Orçamentárias. Caracterização, conteúdo e prazos. Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações. Elaboração das leis de matéria orçamentária. Sistemas de planejamento, de orçamento e de administração financeira. Papel dos órgãos central e setoriais de orçamento. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. SIDOR. O processo orçamentário no Poder Legislativo. Discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. O papel do Congresso Nacional e da Comissão Mista de Planos. Orçamentos públicos e fiscalização do Congresso Nacional. Resolução do Congresso Nacional 01 de 2001. Execução orçamentária e financeira. SIAFI. Disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Créditos adicionais. O caráter autorizativo do orçamento. Controle e avaliação da execução orçamentária. O sistema de controle interno. O controle externo e o papel do Tribunal de Contas da União. Exame de contas. O papel do Congresso Nacional. Auditoria operacional e avaliação de programas. Legislação relativa às matérias elencadas. Economia do Setor Público: Evolução do papel do Estado. As funções alocativa, distributiva e estabilizadora. Conceito de bens públicos e semipúblicos e o seu financiamento. A função do Estado na economia moderna. O financiamento do gasto público no Brasil. Estrutura e competências constitucionais no Sistema Tributário Nacional. As fontes de financiamento da seguridade social. Conceito de carga tributária bruta e sua evolução. Financiamento público por meio da emissão de dívida pública e emissão de moeda: limites e consequências do endividamento. A noção do imposto inflacionário. O resultado do Bacen. O relacionamento entre o Bacen e o Tesouro Nacional. A remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional. Federalismo fiscal: os mecanismos constitucionais de repartição das receitas públicas. Princípios e incidências do ônus tributário. Princípios econômicos da neutralidade e equidade. As ideias de benefício recebido e de capacidade de pagamento (equidades vertical e horizontal). Princípios constitucionais tributários: limitações do poder de tributar, tributos diretos e indiretos; incidência formal e incidência efetiva. Os conceitos de elasticidade, preço da demanda e da oferta de bens e serviços e o mecanismo de transferência de tributos. Principais formas de tributação. A tributação progressiva da renda. O conceito de elasticidade-renda do imposto de renda. A tributação sobre o valor adicionado. Os critérios do produto, do consumo e da neutralidade. A tributação do patrimônio e suas finalidades de financiar o gasto público e de executar políticas sociais e econômicas. Tributos diretos e indiretos. Progressividade e regressividade. Política fiscal. O efeito multiplicador de curto prazo, na demanda agregada, dos gastos do governo e da tributação – como função da renda – em um modelo Keynesiano fechado. O teorema do orçamento equilibrado. A tributação progressiva da renda como instrumento automático de estabilização. O Estado brasileiro e a formação bruta de capital fixo: inversão direta e por meio de empresas estatais e justificativas teóricas passadas para a intervenção do Estado e perspectivas recentes. Política monetária. Oferta e demanda de moeda. Razões para retenção da moeda. O mecanismo de criação e destruição da moeda. A base monetária. O multiplicador dos meios de pagamentos. Mecanismo de controle da oferta monetária. O equilíbrio de curto prazo do mercado monetário e o papel da taxa de juros. As funções do BACEN e do CMN. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. Composição dos principais agregados monetários no Brasil. Políticas fiscal e monetária. O equilíbrio geral envolvendo os mercados de bens e monetário e as eficácias das políticas fiscal e monetária. Dívida do setor público no Brasil. Dívida interna e dívida externa. Composição da dívida por esfera de governo. Conceito de dívida líquida. A relação da dívida com o déficit público. A relação da dívida com o déficit público e com a entrada de capitais no país. As dificuldades do governo em alongar o perfil de vencimento da dívida. Medição do resultado do setor público. Os critérios acima da linha e abaixo da linha. As necessidades de financiamento do setor público (NFSP). Composição por esfera de governo em anos recentes. Os conceitos de resultado primário, resultado operacional e resultado nominal como proporção do PIB. Os conceitos de carga tributária líquida e de resultado corrente do setor público. A avaliação do gasto público. Noções da análise custo-benefício: justificativas e limitações. O conceito de externalidade. O conceito de custo de oportunidade dos fatores e a ideia de preço sombra. Distinção entre as avaliações social e privada de projetos. Indicadores para seleção de projetos: métodos do *payback*, do valor presente, da taxa interna de retorno e da relação custo-benefício. Contabilidade Pública: Conceito, objeto e regime. Campo de aplicação. Receitas e despesas públicas orçamentárias e extraorçamentárias: interferências passivas e mutações ativas. Particularidades da contabilidade pública no Brasil. Concepção tradicional dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Plano de contas da Administração Pública Federal. Conceito, estrutura e contas do ativo, passivo, receita, despesa, resultado e compensação. Plano de Contas aplicado ao setor público. Abertura de créditos disponíveis. Descentralização de créditos. Utilização de créditos. Execução do cronograma de desembolso. Suprimento de fundos. Pagamento de pessoal. Sistemática dos eventos. Registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativas – sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Inventário:

material permanente e de consumo. Balanços financeiro, patrimonial, orçamentário e demonstrativo das variações de acordo com a Lei 4.320, de 1964. Patrimônio público: atos e fatos, insubsistências e superveniências e escrituração. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Auditoria no setor público: princípios, normas técnicas, procedimentos, avaliação de controles internos, papéis de trabalho, relatórios e pareceres. Ética profissional.

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS

À Comissão de Concurso / FGV

Solicito Contagem de pontos referente à Avaliação de Títulos

Considerando que o Edital determina a entrega de títulos, para o concurso público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na Avaliação de Títulos.

01- Número de Documentos Entregues: _____

02- Nome do candidato: _____

03- Número de inscrição: _____

04- Cargo/área/especialidade/subárea: _____

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	Início do curso	Término do curso	Carga Horária	Pontos solicitados pelo candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)
Curso de Pós-Graduação na área de Atuação (<i>Lato Sensu</i>)					
Curso de Mestrado na área de Atuação (<i>Stricto Sensu</i>)					
Curso de Doutorado na área de Atuação (<i>Stricto Sensu</i>)					

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do candidato

ANEXO IV

CRONOGRAMA PREVISTO

Evento	Data
Período de Inscrições (Pagamento até 6/02/2012)	De 26 de dezembro de 2011 a 5 de fevereiro de 2012
Período para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição	De 26 de dezembro a 29 de dezembro de 2011
Divulgação da Relação Preliminar dos Candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição	16 de janeiro de 2012
Divulgação da Relação final dos Candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição	23 de janeiro de 2012
Divulgação dos locais, datas, turnos e horários (de Brasília-DF) de realização das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha	A partir de 27 de fevereiro de 2012
Aplicação das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha	11 de março de 2012
Publicação do gabarito oficial preliminar das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha	12 de março de 2012
Prazo para interposição de recursos contra o gabarito preliminar das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha	De 13 a 14 de março de 2012
Publicação do julgamento dos recursos interpostos, bem como do gabarito definitivo e do resultado das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha	2 de abril de 2012
Convocação para a realização das Provas Escritas Discursivas	18 de abril de 2012
Aplicação das Provas Escritas Discursivas e entrega dos títulos	29 de abril de 2012
Divulgação do Padrão de Respostas das Provas Escritas Discursivas	14 de maio de 2012
Divulgação do resultado preliminar das Provas Escritas Discursivas e dos espelhos dos cadernos de textos definitivos	28 de maio de 2012
Prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar das Provas Escritas Discursivas	De 29 a 30 de maio de 2012
Publicação do julgamento dos recursos interpostos, bem como do resultado definitivo das Provas Escritas Discursivas	11 de junho de 2012
Divulgação do resultado preliminar da Avaliação de Títulos	11 de junho de 2012
Prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos	De 12 a 13 de junho de 2012
Convocação dos candidatos portadores de deficiência para a realização da perícia médica	12 de junho de 2012
Publicação do julgamento dos recursos interpostos, bem como do resultado definitivo da Avaliação de Títulos	19 de junho de 2012
Realização da Perícia Médica	25 de junho de 2012
Divulgação do resultado da Perícia Médica	26 de junho de 2012
Prazo para interposição de recursos contra o resultado da Perícia Médica	De 27 a 28 de junho de 2012
Publicação do julgamento dos recursos interpostos, bem como do resultado definitivo da Perícia Médica	4 de julho de 2012
Divulgação do Resultado Final Definitivo e Homologação do Concurso	5 de julho de 2012